

Gestão 2022-2024

Procurador-Geral de Justiça
Alexandre Magno Benites de Lacerda
Procurador-Geral Adjunto de Justiça Jurídico
Humberto de Matos Brittes
Procuradora-Geral Adjunta de Justiça Administrativa
Nilza Gomes da Silva
Procurador-Geral Adjunto de Justiça Institucional
Paulo César Zeni
Corregedor-Geral do Ministério Público
Silvio Cesar Maluf
Corregedor-Geral Substituto do Ministério Público
Helton Fonseca Bernardes
Ouvidor do Ministério Público
Renzo Siufi
Chefe de Gabinete do Procurador-Geral de Justiça
Camila Augusta Calarge Doreto
Secretária-Geral do MPMS
Bianka Karina Barros da Costa

COLÉGIO DE PROCURADORES DE JUSTIÇA

Procurador de Justiça <i>Sérgio Luiz Morelli</i>	Procurador de Justiça <i>Aroldo José de Lima</i>
Procurador de Justiça <i>Mauri Valentim Ricciotti</i>	Procurador de Justiça <i>Adhemar Mombrum de Carvalho Neto</i>
Procurador de Justiça <i>Hudson Shiguer Kinashi</i>	Procurador de Justiça <i>Gerardo Eriberto de Moraes</i>
Procurador de Justiça <i>Olavo Monteiro Mascarenhas</i>	Procurador de Justiça <i>Luis Alberto Safrader</i>
Procuradora de Justiça <i>Irma Vieira de Santana e Anzoategui</i>	Procuradora de Justiça <i>Sara Francisco Silva</i>
Procuradora de Justiça <i>Nilza Gomes da Silva</i>	Procuradora de Justiça <i>Lenirce Aparecida Avellaneda Furuya</i>
Procurador de Justiça <i>Silvio Cesar Maluf</i>	Procuradora de Justiça <i>Mara Cristiane Crisóstomo Bravo</i>
Procurador de Justiça <i>Antonio Siufi Neto</i>	Procurador de Justiça <i>Helton Fonseca Bernardes</i>
Procurador de Justiça <i>Evaldo Borges Rodrigues da Costa</i>	Procurador de Justiça <i>Paulo Cezar dos Passos</i>
Procuradora de Justiça <i>Marigô Regina Bittar Bezerra</i>	Procurador de Justiça <i>Rodrigo Jacobina Stephanini</i>
Procurador de Justiça <i>Belmires Soles Ribeiro</i>	Procurador de Justiça <i>Silasneiton Gonçalves</i>
Procurador de Justiça <i>Humberto de Matos Brittes</i>	Procurador de Justiça <i>Sérgio Fernando Raimundo Harfouche</i>
Procurador de Justiça <i>João Albino Cardoso Filho</i>	Procuradora de Justiça <i>Ana Lara Camargo de Castro</i>
Procuradora de Justiça <i>Lucienne Reis D'Avila</i>	Procurador de Justiça <i>André Antônio Camargo Lorenzoni</i>
Procuradora de Justiça <i>Ariadne de Fátima Cantú da Silva</i>	Procuradora de Justiça <i>Filomena Aparecida Depolito Fluminhan</i>
Procurador de Justiça <i>Francisco Neves Júnior</i>	Procurador de Justiça <i>Rogério Augusto Calabria de Araujo</i>
Procurador de Justiça <i>Edgar Roberto Lemos de Miranda</i>	Procuradora de Justiça <i>Vera Aparecida Cardoso Bogalho Frost Vieira</i>
Procurador de Justiça <i>Marcos Antonio Martins Sottoriva</i>	Procurador de Justiça <i>Marcos Fernandes Sisti</i>
Procuradora de Justiça <i>Esther Sousa de Oliveira</i>	

EXPEDIENTE EXTERNO:

De 2ª à 6ª feira, das 12 às 19 horas.

DISQUE DENÚNCIA

Centro de Apoio Operacional das Promotorias de Justiça Criminais

(67) 3318-2091 e-mail: caocrim@mpms.mp.br

Centro de Apoio Operacional dos Direitos Constitucionais do Cidadão
e dos Direitos Humanos e das Pessoas com Deficiência

(67) 3357-2449 e-mail: caodh@mpms.mp.br

**PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA****PORTARIA Nº 580/2023-PGJ, DE 7.2.2023**

Dispõe, no âmbito do Ministério Público do Estado de Mato Grosso do Sul, sobre o Censo Cadastral Previdenciário dos membros e servidores públicos, titulares de cargo efetivo ativos, aposentados, pensionistas e seus dependentes, vinculados ao Regime Próprio de Previdência Social do Estado de Mato Grosso do Sul (RPPS/MS).

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere o inciso V do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994, e

CONSIDERANDO o teor do Decreto Estadual nº 16.058, de 1º de dezembro de 2022, que dispõe sobre a realização do Censo Cadastral Previdenciário dos segurados, dependentes, aposentados e pensionistas vinculados ao Regime Próprio de Previdência Social do Estado de Mato Grosso do Sul (RPPS/MS) e dos militares estaduais ativos, da reserva remunerada, reformados, dependentes e pensionistas vinculados ao Sistema de Proteção Social dos Militares (SPSM/MS);

CONSIDERANDO os termos da Resolução Conjunta SAD/Agprev/MS nº 1, de 14 de dezembro de 2022, que estabelece normas para a realização do referido censo;

CONSIDERANDO a atribuição conferida ao Ministério Público para regulamentar normas e procedimentos relativos ao Censo Cadastral Previdenciário, na forma do artigo 26 da mencionada resolução conjunta e das disposições estabelecidas no Decreto nº 16.058/2022; e

CONSIDERANDO que o caráter obrigatório e pessoal do Censo Cadastral Previdenciário se aplica a todos os membros e servidores públicos estaduais, titulares de cargo efetivo civil ativo, aposentados e pensionistas, do Ministério Público, vinculados ao RPPS/MS, conforme o artigo 5º da referida resolução conjunta,

R E S O L V E :

Art. 1º Regulamentar, no âmbito do Ministério Público do Estado de Mato Grosso do Sul (MPMS), o Censo Cadastral Previdenciário, de caráter obrigatório, para os segurados, dependentes, aposentados e pensionistas do RPPS/MS, em complemento ao Decreto Estadual nº 16.058/2022 e à Resolução Conjunta SAD/Agprev/MS nº 1/2022.

Parágrafo único. Em caso de conflito normativo, inclusive decorrente da edição de norma superveniente, prevalecerão as normas editadas pela Secretaria de Estado e Administração e Desburocratização (SAD) e/ou pela Agência de Previdência Social do Estado de Mato Grosso do Sul (Agprev), salvo quanto às atribuições exclusivas do MPMS.

Art. 2º O Censo Cadastral Previdenciário tem por finalidade a atualização e a consolidação da base de dados cadastrais, previdenciários, funcionais e financeiros das pessoas vinculadas ao RPPS/MS, e a comprovação de vida dos segurados, aposentados e pensionistas, preferencialmente, por meio de atendimento eletrônico, com registro biométrico e captura de imagem ou outro meio que assegure identificação inequívoca.

Art. 3º A Agprev, entidade autárquica, vinculada à SAD, é responsável por organizar, implementar, gerenciar, programar e fiscalizar a realização do Censo Cadastral Previdenciário e por coordenar o processo de comprovação de vida.

Art. 4º O Censo Cadastral Previdenciário é de caráter obrigatório para todos os membros e servidores ativos, aposentados, dependentes e pensionistas do RPPS/MS vinculados ao MPMS, inclusive para aqueles que estejam:

I - cedidos, em autorização de exercício, em designação de exercício, a qualquer título, independentemente do destino;

II - licenciados, afastados ou, por qualquer motivo, ausentes de suas atividades.

Art. 5º Compete aos segurados e pensionistas:

I - realizar o recenseamento de forma *on-line*, ou, na impossibilidade desta, na modalidade presencial, mediante agendamento prévio;

II - comparecer ao local, na data e no horário agendados para o recenseamento, na modalidade presencial;



III - apresentar a sua documentação e a de seus dependentes conforme a relação de documentos, a forma de validação e os requisitos estabelecidos na Resolução Conjunta SAD/Ageprev/MS nº 1/2022, disponível em <https://www.censo.ms.gov.br/wp-content/uploads/2022/12/Resolucao-Conjunta-n.-01-Censo-Previdenciario-versao-final-091222.pdf>.

Parágrafo único. Os documentos apresentados digitalmente ou por cópia poderão ter os originais solicitados a qualquer tempo pela Ageprev, para verificação, caso necessária, sob pena de cancelamento do recenseamento realizado.

Art. 6º São segurados vinculados ao RPPS/MS:

I - os membros do MPMS;

II - os servidores efetivos ativos do MPMS;

III - os servidores estáveis na forma do artigo 19 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias da Constituição Federal e os admitidos até 5 de outubro de 1988 que não atendiam, nessa data, aos requisitos para a estabilidade excepcional no serviço público, se houver;

IV - os aposentados e os servidores em disponibilidade.

Art. 7º São considerados dependentes do(a) segurado(a) civil, desde que assim declarados:

I - o cônjuge, o(a) companheiro(a), a pessoa do mesmo sexo que mantém união homoafetiva pública e duradoura com o(a) segurado(a);

II - o(a) filho(a) não emancipado(a) de qualquer condição, menor de 21 (vinte e um) anos ou inválido(a), ou que tenha deficiência intelectual, mental ou grave;

III - o ex-cônjuge, o(a) ex-companheiro(a) ou o cônjuge separado de fato, com direito à pensão alimentícia estabelecida judicialmente;

IV - os pais, desde que comprovem a dependência econômica em relação ao(à) segurado(a), existente na data do óbito do(a) instituidor(a) da pensão por morte;

V - o(a) irmão(ã) não emancipado(a), de qualquer condição, menor de 21 (vinte e um) anos ou inválido(a), ou que tenha deficiência intelectual, mental ou grave.

Art. 8º A habilitação dos dependentes obedecerá à ordem de preferência estabelecida em lei.

§ 1º O(a) segurado(a) com estado civil de casado(a) não pode realizar a inscrição de companheiro(a), salvo na hipótese de que esteja separado(a) do respectivo cônjuge, caso em que deve apresentar certidão de casamento com averbação da separação judicial ou do divórcio.

§ 2º Considera-se companheiro(a) a pessoa que mantenha união estável com o(a) segurado(a), como entidade familiar, na conformidade da lei civil.

§ 3º No caso de inexistência de filhos menores ou inválidos, cônjuge ou convivente, o(a) segurado(a) poderá eleger e inscrever, alternativamente, como dependentes, seus pais ou irmão(s) menor(es) de 21 (vinte e um) anos ou inválido(s).

Art. 9º Para a finalidade do censo, o cadastramento de dependente indicado(a) pelo segurado(a) não presume a condição de dependência econômica para fins previdenciários, tendo efeito meramente atuarial, sendo necessária a instauração de procedimento específico para a análise de eventual requerimento de inclusão do(a) dependente, nos termos da legislação vigente.

Art. 10. O Censo Cadastral Previdenciário será realizado no período de 10 de fevereiro a 28 de abril de 2023.

Parágrafo único. O censo na modalidade presencial deverá observar o cronograma e os polos previstos no Anexo II da Resolução Conjunta SAD/Ageprev/MS nº 1/2022.

Art. 11. O Censo Cadastral Previdenciário será realizado, preferencialmente, na modalidade autocadastramento *on-line* (censo *on-line*), por meio de formulário eletrônico próprio, disponível no endereço www.censo.ms.gov.br, bem como por meio do aplicativo para celular MEU RPPS, disponível para *download* nas lojas de aplicativos Play Store e App Store.

§ 1º Os documentos obrigatórios a serem digitalizados e enviados pelo(a) recenseando(a) constam do Anexo Único desta Portaria (que transcreve a versão atualizada do Anexo I da Resolução Conjunta SAD/Ageprev/MS nº 1/2022, disponível no endereço <https://www.censo.ms.gov.br/wp-content/uploads/2023/01/ANEXO-I-Documentos-Necessarios-para-o-Recenseamento-v.-1.10.pdf>) e são indispensáveis para a conclusão do censo.

§ 2º Somente serão aceitos documentos digitalizados nos formatos PDF e JPEG, devidamente legíveis e compatíveis com o sistema.



§ 3º Durante o período do censo, o autocadastramento *on-line* funcionará 24 (vinte e quatro) horas por dia, 7 (sete) dias por semana, ressalvada eventual indisponibilidade técnica do serviço.

§ 4º Caso a transmissão ou recepção de dados apresente falhas decorrentes dos equipamentos ou da conexão da internet utilizados pelo(a) remetente, não servirão de justificativa para o descumprimento dos prazos previstos nesta Portaria.

§ 5º Excepcionalmente, na impossibilidade de realização do censo na modalidade autocadastramento *on-line*, este poderá ser realizado na forma presencial.

§ 6º É responsabilidade do(a) recenseando(a) efetuar o registro correto de endereço de correio eletrônico (*e-mail*) para recebimento de notificações e cadastro de número de telefone celular para as comunicações do censo, devendo mantê-los atualizados.

Art. 12. Concluídos os procedimentos para o autocadastramento *on-line* ou na modalidade presencial, será gerado um protocolo provisório, permanecendo esta condição até que o cadastro seja validado pelo setor responsável, que, após a confirmação dos dados e documentação lançados, fornecerá o protocolo definitivo.

§ 1º Após o preenchimento e envio do formulário e dos documentos, o(a) recenseando(a) receberá um protocolo provisório eletrônico no endereço de *e-mail* por ele(a) cadastrado quando do preenchimento do formulário do censo.

§ 2º Finalizada a conferência e a validação dos dados pelo setor responsável, o(a) recenseado(a) receberá também, via *e-mail*, o protocolo definitivo, que atesta a conclusão do recenseamento.

Art. 13. Na hipótese de ser detectada alguma inconsistência nas informações e documentos enviados para o censo, o(a) recenseando(a) terá o prazo de 2 (dois) dias úteis, a contar da notificação por *e-mail*, para sanar a irregularidade no seu recenseamento.

§ 1º Não serão aceitos documentos ilegíveis e/ou rasurados.

§ 2º Será considerado como cadastramento não realizado (pendente) aquele em que a informação e/ou a documentação esteja incompleta ou em desacordo com as disposições desta Portaria.

§ 3º O Censo Cadastral Previdenciário será considerado realizado somente após sanadas todas as inconsistências apresentadas no cadastramento.

§ 4º O andamento do recenseamento poderá ser acompanhado no endereço eletrônico www.censo.ms.gov.br, bem como por meio do aplicativo para celular MEU RPPS.

Art. 14. O suporte de atendimento durante o período de realização do censo será feito via *e-mail* censo@ageprev.ms.gov.br e por WhatsApp, número (67) 99630-7481.

Art. 15. No caso de o(a) segurado(a) possuir mais de um vínculo com o RPPS/MS, deverá realizar somente um recenseamento, prevalecendo o vínculo de servidor(a) ativo(a).

Parágrafo único. Ainda que o(a) segurado(a) ativo(a) não pretenda averbar, de imediato, o tempo laboral prestado a outros regimes previdenciários, fica obrigado(a) a declarar o período respectivo e a apresentar extrato comprobatório de tais vínculos e/ou extrato previdenciário do Cadastro Nacional de Informações Sociais (CNIS).

Art. 16. Na impossibilidade de realização do Censo Cadastral Previdenciário na modalidade autocadastramento *on-line*, o recenseamento poderá ser feito na modalidade presencial.

Art. 17. A modalidade presencial dar-se-á mediante agendamento prévio no endereço eletrônico www.censo.ms.gov.br, devendo o(a) recenseando(a) comparecer a uma das unidades de atendimento na data, no horário e no local agendados.

§ 1º É obrigatório o agendamento prévio mediante preenchimento do formulário eletrônico disponibilizado, com a indicação das informações solicitadas.

§ 2º São consideradas unidades de atendimento apenas os polos estabelecidos no Anexo II da Resolução Conjunta SAD/Ageprev/MS nº 1/2022.

§ 3º O(a) recenseando(a) deverá se apresentar munido(a), obrigatoriamente, dos originais ou cópias dos documentos previstos no Anexo Único desta Portaria, em conformidade com a Resolução Conjunta SAD/Ageprev/MS nº 1/2022, sendo adotados os procedimentos para captura de imagem e coleta biométrica, os quais são indispensáveis para a conclusão do censo.

§ 4º O(a) recenseando(a) que comparecer na unidade de atendimento com a documentação incompleta ou de forma diferente da estipulada nesta Portaria não será recenseado(a).



§ 5º Na hipótese de o(a) recenseando(a) comparecer a um dos polos sem o prévio agendamento *on-line*, a equipe do censo que estiver na unidade de atendimento prestar-lhe-á auxílio para a realização do agendamento.

§ 6º Na impossibilidade de conclusão do censo por motivos técnicos ou operacionais, será entregue ao(a) recenseando(a), se necessário, comprovante de comparecimento, sendo realizado subsequente agendamento para finalização do recenseamento.

Art. 18. O(a) recenseando(a) residente no Estado de Mato Grosso do Sul que, durante o período de realização do censo, não consiga fazer o autocadastramento *on-line* e, comprovadamente, apresente dificuldade ou impossibilidade de locomoção em virtude de problemas de saúde ou por estar em situação de internação hospitalar, encontrando-se incapacitado(a) de comparecer a uma das unidades de atendimento, poderá solicitar a realização do recenseamento na modalidade visita domiciliar ou hospitalar *in loco*.

§ 1º A visita domiciliar deve ser solicitada por meio de agendamento prévio mediante preenchimento de formulário eletrônico específico, disponível no endereço www.censo.ms.gov.br, opção “Censo Presencial”, com a apresentação das informações e documentação necessárias.

§ 2º O agendamento de visita domiciliar somente será realizado mediante a prévia apresentação de atestado ou laudo médico, emitido especificamente para o censo, contendo nome completo do(a) recenseando(a), Classificação Internacional de Doenças (CID) e assinatura do(a) profissional com o respectivo número do registro no CRM, comprovando-se a condição que impossibilite a locomoção do(a) beneficiário(a).

§ 3º O(a) recenseando(a) deverá se apresentar munido, obrigatoriamente, dos originais ou cópias dos documentos previstos no Anexo Único desta Portaria, sendo adotados os procedimentos para captura de imagem e coleta biométrica, os quais são indispensáveis para a conclusão do censo.

§ 4º O(a) recenseando(a) que se apresentar com documentação incompleta ou de forma diferente da estipulada nesta Portaria não será recenseado(a).

§ 5º O(a) recenseador(a) designado(a) para realização da visita domiciliar deverá, obrigatoriamente, apresentar ao(à) solicitante da visita a sua cédula de identidade e a credencial própria do censo, em que conste estar a serviço da Ageprev, ou da empresa contratada para execução do Censo Cadastral Previdenciário.

§ 6º A eventual recusa do(a) recenseando(a) em receber a visita domiciliar e fornecer as informações para o preenchimento do formulário de recadastramento implica a não realização do recenseamento, incidindo nas consequências previstas na Resolução Conjunta SAD/Ageprev/MS nº 1/2022.

Art. 19. O(a) recenseando(a) que cumpre pena de prisão ou detenção procederá ao Censo Cadastral Previdenciário mediante envio de atestado ou declaração de permanência carcerária em papel timbrado, expedida pela instituição prisional, informando a data da prisão e o regime carcerário, por serviço de entrega postal, com aviso de recebimento (AR), durante o período de execução do censo.

I - o(a) recenseando(a) aposentado(a) e pensionistas deverão encaminhar, às suas expensas, correspondência à sede da Ageprev, localizada na Avenida Mato Grosso, 5.778, Bloco I, Bairro Jardim Veraneio, CEP 79.031-001, Campo Grande, MS;

II - o(a) recenseando(a) da ativa deverá encaminhar, às suas expensas, correspondência à Secretaria de Gestão de Pessoas (SGP) do MPMS, localizada na Rua Presidente Manuel Ferraz de Campos Salles, 214, Bairro Jardim Veraneio, CEP 79.031-907, Campo Grande, MS.

Parágrafo único. No envelope deverá constar, na parte externa, para fins postais, referência ao Censo Cadastral Previdenciário.

Art. 20. O(a) recenseando(a) que reside fora do Estado de Mato Grosso do Sul e não consiga realizar o autocadastramento *on-line* deverá fazer o recenseamento durante o período de execução do censo, mediante envio por serviço de entrega postal, com AR, da documentação exigida no Anexo Único desta Portaria, para os órgãos indicados no inciso I ou II do artigo 19 desta Portaria, de acordo com a respectiva qualificação, salvo os membros, que deverão encaminhar a documentação à SGP do MPMS em ambos os casos, acompanhados de declaração de vida e residência emitida por:

I - cartório, se residir em outra unidade da Federação;

II - consulado ou embaixada brasileira, se residir em outro país.

§ 1º É obrigatório o preenchimento e encaminhamento de declaração (modelo previsto no Anexo IV da Resolução Conjunta SAD/Ageprev/MS nº 1/2022) indicando endereço de *e-mail*, para recebimento de notificações e comunicações, e de número de telefone de contato, preferencialmente telefone celular, aplicando-se também a determinação do § 6º do artigo 11 desta Portaria.



§ 2º No envelope deverá constar, na parte externa, para fins postais, referência ao Censo Cadastral Previdenciário.

Art. 21. O(a) recenseando(a) domiciliado(a) no Estado de Mato Grosso do Sul que esteja ausente do território estadual ou nacional durante todo o período estabelecido para o censo e não consiga realizar o autocadastramento *on-line* deverá fazer o recenseamento na forma prevista no artigo 20 desta Portaria.

Parágrafo único. No prazo máximo de 30 (trinta) dias após seu retorno, o(a) recenseando(a) deverá agendar seu comparecimento à sede da Ageprev para realização de coleta biométrica e captura de imagem.

Art. 22. Na hipótese de recenseamento que permanecer na condição de pendente, em razão de não atendimento pelo(a) recenseando(a), ou por seu(sua) representante legal, de notificação para regularização das inconsistências apresentadas no prazo fixado, aplicam-se as disposições do artigo 23 desta Portaria, no que couber.

Art. 23. O(a) segurado(a) ativo(a), aposentado(a) e respectivo(a) pensionista(a) vinculado(a) ao RPPS/MS que não realizar o Censo Cadastral Previdenciário no prazo estabelecido no artigo 10 desta Portaria, ressalvada eventual prorrogação decorrente de norma superveniente editada pela SAD e/ou pela Ageprev, terá suspenso o pagamento de remuneração, proventos ou pensão até a efetiva regularização cadastral ou, se for o caso, incidirá no posterior cancelamento do benefício.

§ 1º A suspensão do pagamento será precedida de publicação pela Ageprev, no Diário Oficial do Estado de Mato Grosso do Sul, de edital contendo a lista nominal dos ausentes, concedendo-lhes o prazo de 30 (trinta) dias para regularizar a sua situação perante o Censo Cadastral Previdenciário, contados a partir da data de publicação.

§ 2º A lista publicada no Diário Oficial do Estado será também publicada no Diário Oficial do Ministério Público (DOMP-MS), para efeito de ampla divulgação.

§ 3º O edital será publicado após a conclusão do prazo previsto para realização do Censo Cadastral Previdenciário e deverá indicar que:

I - o não atendimento à convocação para regularização da situação cadastral no prazo estabelecido ocasionará a suspensão de qualquer espécie de remuneração, proventos ou pensão e o seu posterior cancelamento;

II - a regularização se fará mediante o comparecimento do(a) recenseando(a) ou de seu(sua) representante legal a um dos seguintes locais abaixo, conforme o caso:

a) os aposentados e pensionistas deverão comparecer à sede da Ageprev, localizada na Avenida Mato Grosso, 5.778, Bloco I, Bairro Jardim Veraneio, Campo Grande;

b) os segurados ativos deverão comparecer à sede da SAD, localizada na Avenida Desembargador José Nunes da Cunha, s/n, Parque dos Poderes, Bloco I, Campo Grande.

§ 4º O restabelecimento do pagamento, posterior à regularização cadastral válida, dar-se-á obedecendo ao calendário da folha de pagamento e deverá incluir também o pagamento da diferença retida.

§ 5º Após 6 (seis) meses de suspensão, sem que tenha havido a regularização, será cancelado o pagamento de qualquer espécie de remuneração, proventos de aposentadoria ou pensão, por não realização do Censo Cadastral Previdenciário, precedido de procedimento específico, observando-se o direito à ampla defesa e ao contraditório.

§ 6º Em consequência de retenção, suspensão ou cancelamento do pagamento de qualquer espécie de remuneração ou proventos, ficarão suspensos os descontos em folha autorizados pelo(a) titular.

§ 7º O MPMS não será responsável por quaisquer prejuízos que a inadimplência dos respectivos descontos vier a causar.

Art. 24. O(a) recenseado(a), ou, se for o caso, o(a) seu(sua) representante legal, responderá administrativa, civil e penalmente pelas declarações e pela documentação apresentadas ao Censo Cadastral Previdenciário, não se responsabilizando a Administração Pública pelos prejuízos decorrentes de informações falsas, incorretas, incompletas ou inverídicas.

Art. 25. Os documentos apresentados pelo(a) recenseado(a) ou pelo(a) seu(sua) representante legal, digitalmente ou por cópia, poderão ter os originais solicitados a qualquer tempo pela Ageprev para verificação, caso necessário, sob pena de cancelamento do cadastramento realizado.

Art. 26. Os prazos estabelecidos para o censo poderão ser prorrogados, a critério da Ageprev, na forma do artigo 30 da Resolução Conjunta SAD/Ageprev/MS nº 1/2022.



Art. 27. Eventuais dúvidas ou omissões, salvo em relação às atribuições estritamente do MPMS, deverão ser direcionadas à Ageprev, mediante os contatos disponibilizados no artigo 14 desta Portaria.

Art. 28. A Secretaria de Gestão de Pessoas do MPMS, quando receber a documentação dos recenseandos, nos casos especificados neste instrumento, não tem qualquer responsabilidade de conferência desse material, competindo-lhes apenas a entrega à Agência de Previdência Social do Estado de Mato Grosso do Sul.

Parágrafo único. Deverá ser publicada no DOMP-MS a lista dos recenseandos com a documentação entregue, contendo o nome e o número do protocolo provisório ou definitivo, cabendo a estes a responsabilidade pelo devido acompanhamento perante o órgão responsável pelo Censo Cadastral Previdenciário.

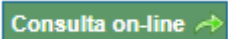
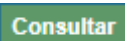

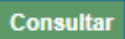
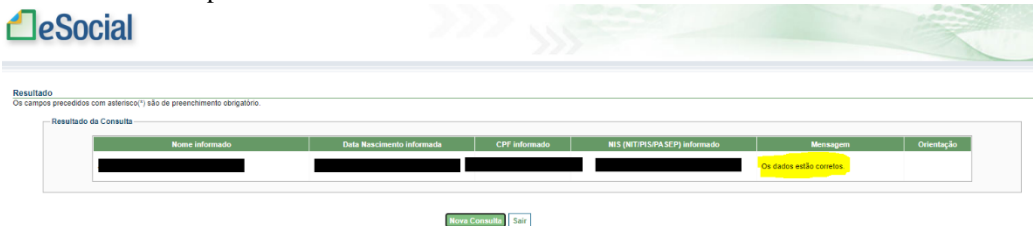
Art. 29. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

ALEXANDRE MAGNO BENITES DE LACERDA
Procurador-Geral de Justiça

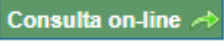
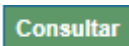
**ANEXO ÚNICO DA PORTARIA Nº 580/2023-PGJ, DE 7 DE FEVEREIRO DE 2023
TRANSCRIÇÃO DA VERSÃO ATUALIZADA (V 1.10) DO ANEXO I DA RESOLUÇÃO CONJUNTA
SAD/AGEPREV Nº 1/2022, DISPONÍVEL NO SITE <https://www.censo.ms.gov.br/wp-content/uploads/2023/01/ANEXO-I-Documents-Necessarios-para-o-Recenseamento-v.-1.10.pdf>**


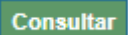

DOCUMENTOS NECESSÁRIOS PARA O RECENSEAMENTO, CONFORME O VÍNCULO – TODOS OS DOCUMENTOS DEVEM SER ORIGINAIS OU CÓPIAS LEGÍVEIS

I - SERVIDORES EFETIVOS ATIVOS – CIVIS E MILITARES	
1.	Registro Geral (RG) como documento de identificação oficial com foto, sendo este documento obrigatório , pois não serão aceitos outros tipos de documentos de identificação.
2.	Registro Nacional Migratório (RNM) em caso de servidor(a) estrangeiro(a).
3.	Certidão de quitação eleitoral atualizada: a) obrigatório para servidores com idade entre 18 e 69 anos; b) facultativo para aqueles com idade superior a 70 anos e/ou não alfabetizados.
4.	Certificado de reservista, sendo obrigatório para servidores civis de até 60 anos.
5.	Carteira funcional ou declaração do comando para militares ativos .
6.	Comprovação de estado civil, podendo ser aceitos os seguintes documentos, de acordo com a condição: a) Solteiro(a): certidão de nascimento; b) Casado(a): certidão de casamento; c) Viúvo(a): certidão de casamento + certidão de óbito ou certidão de casamento averbado com o óbito; d) Divorciado(a): certidão de casamento + certidão de divórcio ou certidão de casamento averbado com divórcio; e) Separado(a) judicialmente: certidão de casamento + certidão de separação judicial ou certidão de casamento averbado com separação judicial; f) União estável: declaração (Anexo V da Resolução Conjunta SAD/Ageprev/MS nº 1/2022) ou escritura pública de união estável + certidão de casamento ou nascimento conforme o estado civil; g) Separação de fato: certidão de casamento + declaração de separação de fato (Anexo VI da Resolução Conjunta SAD/Ageprev/MS nº 1/2022) - válido somente para militares.
Importante: as certidões civis deverão estar em um bom estado de conservação, e as informações, legíveis.	
7.	Extrato previdenciário do INSS atualizado: Cadastro Nacional de Informação Social (CNIS), com a relação das remunerações . O CNIS poderá ser obtido por uma das seguintes formas: a) Solicitação junto a agência do INSS; b) Solicitação no <i>site</i> do Banco do Brasil por meio da seguinte sequência: Menu Completo> Serviços> INSS> Extrato;


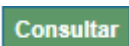

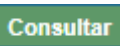

	<p>c) Solicitação no autoatendimento do Banco do Brasil por meio da seguinte sequência: Menu Completo> Conta-Corrente> Extrato> Extratos Diversos> Previdência Social;</p> <p>d) Solicitação pela plataforma Meu INSS, https://meu.inss.gov.br/#/login por meio da seguinte sequência: serviços> extrato certidões e declarações> extrato de contribuições CNIS> BAIXAR PDF> Relações Previdenciárias e Remunerações.</p>
8.	<p>Certidão de tempo de contribuição (CTC), de <u>outros entes federativos</u> (União, estados e municípios), se houver certidão <u>já</u> emitida (facultativo). Desta forma, anexar CTCs somente de outros entes federativos diferentes de Mato Grosso do Sul, podendo ser do DF, todos os outros estados da Federação, de todos os municípios do Brasil, além do INSS, caso tenha trabalhado em emprego anterior, vinculado ao Regime Geral de Previdência Social (RGPS).</p>
9.	<p>Declaração de acúmulo de cargo, conforme modelo constante no Anexo IX da Resolução Conjunta SAD/Ageprev/MS nº 1/2022 (obrigatório).</p>
10.	<p>Comprovante de Qualificação Cadastral no e-Social, obtido via os seguintes passos:</p> <p>a) Acesse o site http://consultacadastral.inss.gov.br/Esocial/pages/index.xhtml.</p> <p>b) Clique no ícone .</p> <p>c) Digite os campos obrigatórios: nome, data de nascimento, CPF e NIS (antigo NIT/PIS/PASEP). <u>Se necessário</u>, utilize o passo a passo de como encontrar o NIS, apresentado no final deste documento.</p> <p>d) Clique em Adicionar.</p> <p>e) Agora clique no ícone .</p> <p>f) O sistema do INSS vai pedir para você digitar a sequência de letras/números que aparecem (CAPTCHA). Se não estiver enxergando, clique no botão atualizar () para mudar a sequência de letras/números mais visíveis.</p> <p>g) Clique em  novamente.</p> <p>h) O Sistema deverá apresentar um relatório no formato abaixo:</p>  <p>i) Sua Qualificação do e-Social deve apresentar a mensagem destacada acima (Os dados estão corretos), caso contrário será apresentada uma mensagem destacando que seus dados NÃO estão corretos nas bases de dados do Governo Federal, caso em que será necessária sua correção, seguindo orientação apresentada no relatório.</p> <p>j) Se os dados estiverem corretos, só resta salvar o relatório da Qualificação Cadastral do e-Social. Para isso, você deve mandar imprimir (Control + P) e salvar em arquivo no formato PDF.</p>
11.	<p>Comprovante de residência em nome do(a) servidor(a), contendo data e emitido em até 90 (noventa) dias do recenseamento, podendo ser aceitos: faturas de água, luz, telefone, plano de saúde, internet e instituições bancárias.</p> <p>Caso o endereço esteja em nome de terceiro(a), deverá também preencher a <u>declaração de residência</u>, conforme modelo previsto no Anexo III da Resolução Conjunta SAD/Ageprev/MS nº 1/2022.</p>
12.	<p>Declaração de dados para contato, conforme modelo constante no Anexo IV da Resolução Conjunta SAD/Ageprev/MS nº 1/2022 (obrigatório).</p>



II - SERVIDORES APOSENTADOS, MILITARES DA RESERVA REMUNERADA E REFORMADOS:	
1.	<p>Documento de identificação oficial com foto, podendo ser aceita uma das opções:</p> <p>a) Registro Geral (RG);</p> <p>b) Carteira Nacional de Habilitação (CNH);</p> <p>c) Registro Nacional Migratório (RNM) em caso de segurado(a) estrangeiro(a).</p>
2.	<p>Comprovação de estado civil, podendo ser aceitos os seguintes documentos, de acordo com a condição:</p> <p>a) Solteiro(a): certidão de nascimento;</p> <p>b) Casado(a): certidão de casamento;</p> <p>c) Viúvo(a): certidão de casamento + certidão de óbito ou certidão de casamento averbado com o óbito;</p> <p>d) Divorciado(a): certidão de casamento + certidão de divórcio ou certidão de casamento averbado com divórcio;</p> <p>e) Separado(a) judicialmente: certidão de casamento + certidão de separação judicial ou certidão de casamento averbado com separação judicial;</p> <p>f) União estável: declaração (Anexo V da Resolução Conjunta SAD/Ageprev/MS nº 1/2022) ou escritura pública de união estável + certidão de casamento ou nascimento conforme o estado civil;</p> <p>g) Separação de fato: certidão de casamento + declaração de separação de fato (Anexo VI da Resolução Conjunta SAD/Ageprev/MS nº 1/2022) - válido somente para militares.</p>
Importante: as certidões civis deverão estar em um <u>bom estado</u> de conservação, e as <u>informações, legíveis</u> .	
3.	<p>Declaração de que não exerce atividade laboral remunerada, conforme modelo constante no Anexo XI da Resolução Conjunta SAD/Ageprev/MS nº 1/2022, somente para segurados aposentados por invalidez.</p> <p>ATENÇÃO: Para segurados aposentados por invalidez, também é obrigatória a entrega do CNIS, especificado no item abaixo, neste caso, não importando quando se deu a aposentadoria por invalidez, mesmo se essa aposentadoria se deu antes do ano de 2020, o CNIS para o(a) aposentado(a) inválido(a) é obrigatório.</p>
4.	<p>ATENÇÃO: Somente para as aposentadorias que se iniciaram a partir da Reforma da Previdência, ou seja, a partir do ano de 2020 (inclusive):</p> <p>Extrato previdenciário do INSS atualizado: Cadastro Nacional de Informação Social (CNIS).</p> <p>O CNIS poderá ser obtido por uma das seguintes formas:</p> <p>a) Solicitação junto a agência do INSS;</p> <p>b) Solicitação no <i>site</i> do Banco do Brasil por meio da seguinte sequência: Menu Completo> Serviços> INSS> Extrato;</p> <p>c) Solicitação no autoatendimento do Banco do Brasil por meio da seguinte sequência: Menu Completo> Conta-Corrente> Extrato> Extratos Diversos> Previdência Social;</p> <p>d) Solicitação pela plataforma Meu INSS, https://meu.inss.gov.br/#/login por meio da seguinte sequência: serviços> extrato certidões e declarações> extrato de contribuições CNIS> BAIXAR PDF> Relações Previdenciárias e Remunerações.</p>
5.	<p>ATENÇÃO: Quando houver acúmulo de benefícios previdenciários (aposentadoria/reserva/reforma/pensão por morte), em que o início do benefício de qualquer um deles ocorreu a partir do ano de 2020, entregar declaração de acúmulo de benefício, conforme modelo constante no Anexo X da Resolução Conjunta SAD/Ageprev/MS nº 1/2022.</p> <p>Além dessa declaração, deve-se anexar também o último holerite (contracheque) de cada benefício acumulado.</p>
6.	<p>Comprovante de Qualificação Cadastral no e-Social, obtido via os seguintes passos:</p> <p>a) Acesse o <i>site</i> http://consultacadastral.inss.gov.br/Esocial/pages/index.xhtml.</p> <p>b) Clique no ícone .</p> <p>c) Digite os campos obrigatórios: nome, data de nascimento, CPF e NIS (antigo NIT/PIS/PASEP). <u>Se necessário</u>, utilize o passo a passo de como encontrar o NIS, apresentado no final deste documento.</p> <p>d) Clique em Adicionar.</p> <p>e) Agora clique no ícone .</p>

	<p>f) O sistema do INSS vai pedir para você digitar a sequência de letras/números que aparecem (CAPTCHA). Se não estiver enxergando, clique no botão atualizar () para mudar a sequência de letras/números mais visíveis.</p> <p>g) Clique em  novamente.</p> <p>h) O Sistema deverá apresentar um relatório no formato abaixo:</p>  <p>i) Sua Qualificação do e-Social deve apresentar a mensagem destacada acima (Os dados estão corretos), caso contrário será apresentada uma mensagem destacando que seus dados NÃO estão corretos nas bases de dados do Governo Federal, caso em que será necessária sua correção, seguindo orientação apresentada no relatório.</p> <p>j) Se os dados estiverem corretos, só resta salvar o relatório da Qualificação Cadastral do e-Social. Para isso, você deve mandar imprimir (Control + P) e alvar em arquivo no formato PDF.</p>
7.	<p>Comprovante de residência em nome do(a) aposentado(a), contendo data e emitido em até 90 (noventa) dias do recenseamento, podendo ser aceitos: faturas de água, luz, telefone, plano de saúde, internet e instituições bancárias.</p> <p>Caso o endereço esteja em nome de terceiro(a), deverá também preencher a <u>declaração de residência</u>, conforme modelo previsto no Anexo III da Resolução Conjunta SAD/Ageprev/MS nº 1/2022.</p>
8.	<p>Certidão de tempo de contribuição (CTC), de outros entes federativos (União, estados e municípios), se houver certidão já emitida (facultativo).</p>
9.	<p>Para o caso de <u>representação legal</u> do(a) aposentado(a) ou reformado(a) (curatela), além dos documentos do(a) aposentado(a) ou do(a) reformado(a) descritos anteriormente, apresentar:</p> <p>a) Termo judicial de curatela provisória ou definitiva (atualizado, no mínimo 6 meses);</p> <p>b) Documento oficial de identificação do representante legal com foto, podendo ser aceitas uma das seguintes opções:</p> <p>I - Cédula de Identidade (RG);</p> <p>II - Carteira Nacional de Habilitação (CNH);</p> <p>III - Registro de Conselho Profissional;</p> <p>IV - Carteira de Trabalho e Previdência Social (CTPS);</p> <p>V - Registro Nacional Migratório (RNM) em caso de servidor(a) estrangeiro(a);</p> <p>VI - Passaporte;</p> <p>c) Cadastro de Pessoa Física (CPF) do(a) curador(a), sendo aceito o comprovante de regularidade cadastral emitido pelo <i>site</i> da Receita Federal.</p>
10.	<p>Declaração de dados para contato, conforme modelo constante no Anexo IV da Resolução Conjunta SAD/Ageprev/MS nº 1/2022 (obrigatório).</p>

III – PENSIONISTAS POR MORTE

1.	<p>Documento de identificação oficial, podendo ser aceita uma das opções:</p> <p>a) Registro Geral (RG);</p> <p>b) Carteira Nacional de Habilitação (CNH);</p> <p>c) Registro Nacional Migratório (RNM) em caso de segurado(a) estrangeiro(a);</p> <p>d) Certidão de nascimento, apenas para menores de 16 anos de idade.</p>
2.	<p>Comprovação de estado civil, podendo ser aceitos os seguintes documentos, de acordo com a condição:</p> <p>a) Solteiro(a): certidão de nascimento;</p> <p>b) Casado(a): certidão de casamento;</p> <p>c) Viúvo(a): certidão de casamento + certidão de óbito ou certidão de casamento averbado com o óbito;</p> <p>d) Divorciado(a): certidão de casamento + certidão de divórcio ou certidão de casamento averbado com divórcio;</p> <p>e) Separado(a) judicialmente: certidão de casamento + certidão de separação judicial ou certidão de casamento averbado com separação judicial;</p> <p>f) União estável: declaração (Anexo V da Resolução Conjunta SAD/Ageprev/MS nº 1/2022) ou escritura pública de união estável + certidão de casamento ou nascimento conforme o estado civil;</p> <p>g) Separação de fato: certidão de casamento + declaração de separação de fato (Anexo VI da Resolução Conjunta SAD/Ageprev/MS nº 1/2022) - válido somente para militares.</p>
Importante: viúvo(a) de união estável deverá apresentar a certidão do estado civil atual.	
3.	<p>Comprovante de residência em nome do(a) pensionista, contendo data e emitido em até 90 (noventa) dias do recenseamento, podendo ser aceitos: faturas de água, luz, telefone, plano de saúde, internet e instituições bancárias.</p> <p>Caso o endereço esteja em nome de terceiro(a), deverá também preencher a <u>declaração de residência</u>, conforme modelo previsto no Anexo III da Resolução Conjunta SAD/Ageprev/MS nº 1/2022.</p>
4.	<p>Comprovante de Qualificação Cadastral no e-Social, obtido via os seguintes passos:</p> <p>a) Acesse o site http://consultacadastral.inss.gov.br/Esocial/pages/index.xhtml.</p> <p>b) Clique no ícone .</p> <p>c) Digite os campos obrigatórios (nome, data de nascimento, CPF e NIS (antigo NIT/PIS/PASEP). <u>Se necessário</u>, utilize o passo a passo de como encontrar o NIS, apresentado no final deste documento.</p> <p>d) Clique em Adicionar.</p> <p>e) Agora clique no ícone .</p> <p>f) O sistema do INSS vai pedir para você digitar a sequência de letras/números que aparecem (CAPTCHA). Se não estiver enxergando, clique no botão atualizar () para mudar a sequência de letras/números mais visíveis.</p> <p>g) Clique em  novamente.</p> <p>h) O Sistema deverá apresentar um relatório no formato abaixo:</p>  <p>i) Sua Qualificação do e-Social deve apresentar a mensagem destacada acima (Os dados estão corretos), caso contrário será apresentada uma mensagem destacando que seus dados NÃO estão corretos nas bases de dados do Governo Federal, caso em que será necessária sua correção, seguindo orientação apresentada no relatório.</p> <p>j) Se os dados estiverem corretos, só resta salvar o relatório da Qualificação Cadastral do e-Social. Para isso, você deve mandar imprimir (Control + P) e salvar em arquivo no formato PDF.</p>
5.	<p>Para o caso de pensionista menor de 18 (dezoito) anos, tutelado(a) ou curatelado(a), além dos documentos do(a) pensionista descritos anteriormente, apresentar:</p>



	<p>a) Termo de curatela, tutela ou guarda provisória ou definitiva quando se tratar de pensionistas curatelados, tutelados ou sob guarda (atualizado, no mínimo 6 meses);</p> <p>b) Documento oficial de identificação com foto do(a) representante legal (pai/mãe), tutor(a) ou curador(a), podendo ser aceitas uma das seguintes opções:</p> <p>I - Cédula de Identidade (RG);</p> <p>II - Carteira Nacional de Habilitação (CNH);</p> <p>III - Registro de Conselho Profissional;</p> <p>IV - Carteira de Trabalho e Previdência Social (CTPS);</p> <p>V - Registro Nacional Migratório (RNM) em caso de servidor(a) estrangeiro(a);</p> <p>VI - Passaporte.</p> <p>c) Cadastro de Pessoa Física (CPF) do(a) representante legal (pai/mãe), tutor(a) ou curador(a), sendo aceito o comprovante de regularidade cadastral emitido pelo <i>site</i> da Receita Federal.</p>
6.	<p>Documentos do(a) instituidor(a) da pensão – do(a) falecido(a):</p> <p>a) Cadastro de Pessoa Física (CPF) do(a) instituidor(a), sendo aceito o comprovante de regularidade cadastral emitido pelo <i>site</i> da Receita Federal;</p> <p>b) Certidão de óbito do(a) instituidor(a) (documento não obrigatório).</p>
7.	<p>Declaração de dados para contato, conforme modelo constante no Anexo IV da Resolução Conjunta SAD/Ageprev/MS nº 1/2022 (obrigatório).</p>
8.	<p>ATENÇÃO: Quando houver acúmulo de benefícios previdenciários (aposentadoria/reserva/reforma/pensão por morte), em que o início do benefício de qualquer um deles ocorreu a partir do ano de 2020, entregar declaração de acúmulo de benefício, conforme modelo constante no Anexo X da Resolução Conjunta SAD/Ageprev/MS nº 1/2022.</p> <p>Além dessa declaração, deve-se anexar também o último holerite (contracheque) de cada benefício acumulado.</p>
9.	<p>ATENÇÃO: Para pensionistas por morte, na qualidade de cônjuge ou companheiro(a), cuja pensão se iniciou a partir da Reforma da Previdência, ou seja, a partir do ano de 2020 (inclusive): Extrato previdenciário do INSS atualizado: Cadastro Nacional de Informação Social (CNIS).</p> <p>O CNIS poderá ser obtido por uma das seguintes formas:</p> <p>a) Solicitação junto a agência do INSS;</p> <p>b) Solicitação no <i>site</i> do Banco do Brasil por meio da seguinte sequência: Menu Completo> Serviços> INSS> Extrato;</p> <p>c) Solicitação no autoatendimento do Banco do Brasil por meio da seguinte sequência: Menu Completo> Conta-Corrente> Extrato> Extratos Diversos> Previdência Social;</p> <p>d) Solicitação pela plataforma Meu INSS, https://meu.inss.gov.br/#/login por meio da seguinte sequência: serviços> extrato certidões e declarações> extrato de contribuições CNIS> BAIXAR PDF> Relações Previdenciárias e Remunerações.</p>



IV. DEPENDENTES DO(A) SEGURADO(A) CIVIL OU MILITAR

1.	Documento de identificação oficial com foto do(a) dependente, podendo ser aceita uma das opções: a) Registro Geral (RG); b) Carteira Nacional de Habilitação (CNH); c) Registro Nacional Migratório (RNM) em caso de segurado(a) estrangeiro(a); d) Certidão de nascimento, apenas para menores de 16 anos de idade.
2.	Cadastro de Pessoa Física (CPF), sendo aceito o comprovante de regularidade cadastral emitido pelo <i>site</i> da Receita Federal: próprio do(a) dependente, não podendo ser do cônjuge ou dos pais (obrigatório, independentemente da idade).
3.	Laudo médico contendo data de início da invalidez para dependente inválido(a).
4.	Determinação judicial que concedeu a pensão alimentícia para dependente ex-cônjuge ou ex-convivente, se credor(a) de alimentos por determinação judicial.
5.	Declaração de dependência econômica apenas para os pais: declaração de que o pai ou a mãe ou ambos não possuem nenhum rendimento próprio de qualquer natureza, conforme modelo constante no Anexo VIII da Resolução Conjunta SAD/Ageprev/MS nº 1/2022, devendo também apresentar o Cadastro Nacional de Informação Social (CNIS) dos pais.
6.	Comprovante de matrícula, caso o(a) dependente seja universitário(a).

Quem a lei define como dependente previdenciário:

São considerados dependentes do(a) **segurado(a) civil**, desde que assim declarados:

I - o cônjuge, o(a) companheiro(a), a pessoa do mesmo sexo que mantém união homoafetiva pública e duradoura com o(a) segurado(a);

II - o(a) filho(a) não emancipado(a) de qualquer condição, menor de 21 (vinte e um) anos ou inválido(a), ou que tenha deficiência intelectual, mental ou grave;

III - o ex-cônjuge, o(a) ex-companheiro(a) ou o cônjuge separado de fato, com direito à pensão alimentícia estabelecida judicialmente;

IV - os pais, desde que comprovem a dependência econômica em relação ao(a) segurado(a), existente na data do óbito do(a) instituidor(a) da pensão por morte;

V - o(a) irmão(ã) não emancipado(a), de qualquer condição, menor de 21 (vinte e um) anos ou inválido(a), ou que tenha deficiência intelectual, mental ou grave.

São considerados dependentes do(a) **segurado(a) militar**, desde que assim declarados:

I - o cônjuge ou o(a) companheiro(a), com quem viva em união estável, na constância do vínculo;

II - pessoa separada de fato, separada judicialmente ou divorciada do(a) instituidor(a), ou ex-convivente, desde que perceba pensão alimentícia;

III - filho(a), ou enteado(a):

a) menor de 21 (vinte e um) anos de idade;

b) inválido(a).

Podem, ainda, ser considerados dependentes do(a) militar, desde que não recebam rendimentos e sejam declarados por ele(a) na organização militar competente:

I - o(a) filho(a), ou o(a) enteado(a) estudante menor, de 24 (vinte e quatro) anos de idade;

II - o pai e a mãe;

III - o(a) tutelado(a), ou o(a) curatelado(a) inválido(a), ou menor de 18 (dezoito) anos de idade, que viva sob a sua guarda por decisão judicial.

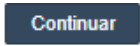
Passo a passo para conseguir o NIS (antigo NIT/PIS/PASEP):

a) Acesse o *site* <https://cnisnet.inss.gov.br/cnisinternet/faces/pages/index.xhtml>.

b) Clique no ícone **Cidadão**.

c) Em seguida, vai aparecer no canto superior esquerdo a palavra **Inscrição**; clique nessa palavra e vai aparecer a palavra **Filiado**; clique nela.



- d) Digite os campos obrigatórios (Nome do Filiado, Nome da Mãe, Data de Nascimento, CPF). Nomes sem acentuação quando houver.
- e) Marque “Não sou um robô”.
- f) Clique no ícone .
- g) O Sistema deverá apresentar uma informação no formato abaixo, com o número do NIS no final.

 Seus dados já constam no Cadastro Nacional de Informações Sociais. Utilize seu Número de Identificação - NIT - para efetuar recolhimentos. NIT: 11950952473

PORTARIA Nº 600/2023-PGJ, DE 8.2.2023

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere a alínea “f” do inciso XII do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

R E S O L V E :

Alterar a Portaria nº 498/2023-PGJ, de 2.2.2023, na parte que designou o Promotor de Justiça Matheus Carim Buckner, para responder pela Promotoria de Justiça e pelo Juizado Especial Adjunto da comarca de Rio Negro, de forma que, onde consta “no período de 3 a 23.2.2023”, passe a constar “nos dias 3 e 23.2.2023”.

ALEXANDRE MAGNO BENITES DE LACERDA
Procurador-Geral de Justiça

PORTARIA Nº 597/2023-PGJ, DE 8.2.2023

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere o inciso V do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

R E S O L V E :

Incluir na Portaria nº 484/2023-PGJ, de 2.2.2023, que convocou membros para participarem do “Curso completo sobre a nova Lei de Licitações – Lei nº 14.133/21”, a Promotora de Justiça Camila Augusta Calarge Doreto.

ALEXANDRE MAGNO BENITES DE LACERDA
Procurador-Geral de Justiça

PORTARIA Nº 590/2023-PGJ, DE 8.2.2023

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere a alínea “f” do inciso XII do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

R E S O L V E :

Designar a 23ª Promotora de Justiça de Campo Grande, Regina Dornte Broch, para, sem prejuízo de suas funções, atuar perante a 8ª Vara do Juizado Especial, Justiça Itinerante, da referida Comarca (Unidade 1) no dia 1º.2.2023, em razão de afastamento da Promotora de Justiça Paula da Silva Volpe.

ALEXANDRE MAGNO BENITES DE LACERDA
Procurador-Geral de Justiça

**PORTARIA Nº 591/2023-PGJ, DE 8.2.2023**

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere a alínea “f” do inciso XII do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

R E S O L V E :

Designar o 1º Promotor de Justiça de Bonito, João Meneghini Girelli, para, sem prejuízo de suas funções, atuar nas audiências da comarca de Cassilândia no dia 1º.2.2023.

ALEXANDRE MAGNO BENITES DE LACERDA

Procurador-Geral de Justiça

PORTARIA Nº 592/2023-PGJ, DE 8.2.2023

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere a alínea “f” do inciso XII do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

R E S O L V E :

Designar o Promotor de Justiça de Anaurilândia, Murilo Hamati Gonçalves, para, sem prejuízo de suas funções, atuar perante a Promotoria de Justiça e o Juizado Especial Adjunto da comarca de Sonora no dia 17.2.2023, em razão de afastamento do Promotor de Justiça Thiago Barile Galvão de França.

ALEXANDRE MAGNO BENITES DE LACERDA

Procurador-Geral de Justiça

PORTARIA Nº 593/2023-PGJ, DE 8.2.2023

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere a alínea “f” do inciso XII do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

R E S O L V E :

Designar o Promotor de Justiça de Anaurilândia, Murilo Hamati Gonçalves, para, sem prejuízo de suas funções, atuar perante a Promotoria de Justiça da comarca de Pedro Gomes no dia 17.2.2023, em razão de afastamento do Promotor de Justiça Thiago Barile Galvão de França.

ALEXANDRE MAGNO BENITES DE LACERDA

Procurador-Geral de Justiça

PORTARIA Nº 594/2023-PGJ, DE 8.2.2023

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 7º, inciso XII, alínea “h”, da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

R E S O L V E :

Indicar ao Procurador Regional Eleitoral o Promotor de Justiça Murilo Hamati Gonçalves, para, sem prejuízo de suas funções, atuar perante a 26ª Zona Eleitoral no dia 17.2.2023, em razão de afastamento do Promotor de Justiça Thiago Barile Galvão de França.

ALEXANDRE MAGNO BENITES DE LACERDA

Procurador-Geral de Justiça

**PORTARIA Nº 588/2023-PGJ, DE 8.2.2023**

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere a alínea “f” do inciso XII do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

R E S O L V E :

Revogar, a partir de 24.1.2023, a Portaria nº 5873/2022-PGJ, de 25.11.2022, na parte que designou o Promotor de Justiça Luciano Furtado Loubet para, sem prejuízo de suas funções, responder pelo Núcleo da Cidadania.

ALEXANDRE MAGNO BENITES DE LACERDA

Procurador-Geral de Justiça

PORTARIA Nº 589/2023-PGJ, DE 8.2.2023

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere a alínea “f” do inciso XII do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

R E S O L V E :

Revogar, a partir de 24.1.2023, a Portaria nº 182/2023-PGJ, de 17.1.2023, na parte que designou a Promotora de Justiça Camila Augusta Calarge Doreto, atualmente exercendo a função de Chefe de Gabinete do Procurador-Geral de Justiça, para, sem prejuízo de suas funções, coordenar a Gestão de Estagiários de Direito, nível de graduação e de pós-graduação, do Ministério Público do Estado de Mato Grosso do Sul.

ALEXANDRE MAGNO BENITES DE LACERDA

Procurador-Geral de Justiça

PORTARIA Nº 605/2023-PGJ, DE 9.2.2023

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL em exercício, no uso das atribuições que lhe confere o inciso XXIV do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

R E S O L V E :

Constituir, com fundamento no artigo 3º da Resolução nº 42/2021-PGJ, de 19 de novembro de 2021, a Comissão do VI Concurso Público de Provas para Ingresso na Carreira do Quadro de Servidores do Ministério Público do Estado de Mato Grosso do Sul, e designar, sem prejuízo de suas funções, os Promotores de Justiça Henrique Franco Cândia, José Luiz Rodrigues e Paulo Leonardo de Faria para integrarem a referida Comissão, revogando-se a Portaria nº 1902/2022-PGJ, de 26.4.2022.

HUMBERTO DE MATOS BRITTES

Procurador-Geral de Justiça em exercício

PROCURADORIA-GERAL ADJUNTA DE JUSTIÇA ADMINISTRATIVA**PORTARIA Nº e-168/2023/PJ, DE 9.2.2023**

A PROCURADORA-GERAL ADJUNTA DE JUSTIÇA ADMINISTRATIVA, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 2º, inciso VI, da Resolução nº 12/2020-PGJ, de 5.5.2020,

R E S O L V E :

Conceder férias ao servidor Alexssandro Crivelli Silva, referentes ao período aquisitivo 2021/2022, a serem usufruídas nos períodos de 10 a 19.4.2023 e de 28.8 a 6.9.2023, bem como a conversão de um terço das férias em abono pecuniário no período de 24.4 a 3.5.2023, nos termos dos artigos 1º, 4º, 14 e 15 da Resolução nº 28/2018-PGJ, de 23.11.2018, do artigo 123 da Lei nº 1.102, de 10.10.1990, com a nova redação dada pela Lei nº 2.964, de 23.12.2004, e, ainda, dos artigos 22, inciso III, e 29-A da Lei nº 4.134, de 6.12.2011, com redação dada pela Lei nº 4.972, de 29.12.2016.

NILZA GOMES DA SILVA

Procuradora-Geral Adjunta de Justiça Administrativa

**PORTARIA Nº e-169/2023/PGJ, DE 9.2.2023**

A PROCURADORA-GERAL ADJUNTA DE JUSTIÇA ADMINISTRATIVA, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 2º, inciso VI, da Resolução nº 12/2020-PGJ, de 5.5.2020,

R E S O L V E :

Conceder férias à servidora Cláudia Lavia Addor Fischer, referentes ao período aquisitivo 2021/2022, a serem usufruídas nos períodos de 8 a 27.1.2024, bem como a conversão de um terço das férias em abono pecuniário no período de 20 a 29.4.2023, nos termos dos artigos 1º, 4º, 14 e 15 da Resolução nº 28/2018-PGJ, de 23.11.2018, do artigo 123 da Lei nº 1.102, de 10.10.1990, com a nova redação dada pela Lei nº 2.964, de 23.12.2004, e, ainda, dos artigos 22, inciso III, e 29-A da Lei nº 4.134, de 6.12.2011, com redação dada pela Lei nº 4.972, de 29.12.2016.

NILZA GOMES DA SILVA

Procuradora-Geral Adjunta de Justiça Administrativa

PORTARIA Nº e-170/2023/PGJ, DE 9.2.2023

A PROCURADORA-GERAL ADJUNTA DE JUSTIÇA ADMINISTRATIVA, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 2º, inciso VI, da Resolução nº 12/2020-PGJ, de 5.5.2020,

R E S O L V E :

Conceder férias ao servidor Magnum Fischer de Oliveira, referentes ao período aquisitivo 2022/2023, a serem usufruídas nos períodos de 8 a 27.1.2024, bem como a conversão de um terço das férias em abono pecuniário no período de 20 a 29.4.2023, nos termos dos artigos 1º, 4º, 14 e 15 da Resolução nº 28/2018-PGJ, de 23.11.2018, do artigo 123 da Lei nº 1.102, de 10.10.1990, com a nova redação dada pela Lei nº 2.964, de 23.12.2004, e, ainda, dos artigos 22, inciso III, e 29-A da Lei nº 4.134, de 6.12.2011, com redação dada pela Lei nº 4.972, de 29.12.2016.

NILZA GOMES DA SILVA

Procuradora-Geral Adjunta de Justiça Administrativa

PORTARIA Nº e-171/2023/PGJ, DE 9.2.2023

A PROCURADORA-GERAL ADJUNTA DE JUSTIÇA ADMINISTRATIVA, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 2º, inciso VI, da Resolução nº 12/2020-PGJ, de 5.5.2020,

R E S O L V E :

Conceder férias ao servidor Renato Teiji Yamamoto, referentes ao período aquisitivo 2020/2021, a serem usufruídas nos períodos de 29.5 a 7.6.2023 e de 23.10 a 1.11.2023, bem como a conversão de um terço das férias em abono pecuniário no período de 17 a 26.4.2023, nos termos dos artigos 1º, 4º, 14 e 15 da Resolução nº 28/2018-PGJ, de 23.11.2018, do artigo 123 da Lei nº 1.102, de 10.10.1990, com a nova redação dada pela Lei nº 2.964, de 23.12.2004, e, ainda, dos artigos 22, inciso III, e 29-A da Lei nº 4.134, de 6.12.2011, com redação dada pela Lei nº 4.972, de 29.12.2016.

NILZA GOMES DA SILVA

Procuradora-Geral Adjunta de Justiça Administrativa

PORTARIA Nº e-172/2023/PGJ, DE 9.2.2023

A PROCURADORA-GERAL ADJUNTA DE JUSTIÇA ADMINISTRATIVA, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 2º, inciso VI, da Resolução nº 12/2020-PGJ, de 5.5.2020,

R E S O L V E :

Alterar a Portaria nº e-1574/2022-PGJ, de 1.12.2022, que concedeu férias ao servidor Rafael Ademar Lemos de Moura, de forma que, onde consta: "período aquisitivo 2021/2022, a serem usufruídas nos períodos de 2 a 11.5.2023 e de 10 a 19.7.2023", passe a constar: "período aquisitivo 2021/2022, a serem usufruídas nos períodos de 11 a 20.7.2023 e de 15 a 24.2.2024", nos termos do artigo 9º da Resolução nº 28/2018-PGJ, de 23.11.2018.

NILZA GOMES DA SILVA

Procuradora-Geral Adjunta de Justiça Administrativa

**PORTARIA Nº e-173/2023/PGJ, DE 9.2.2023**

A PROCURADORA-GERAL ADJUNTA DE JUSTIÇA ADMINISTRATIVA, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 2º, inciso VI, da Resolução nº 12/2020-PGJ, de 5.5.2020,

R E S O L V E :

Conceder férias à servidora Caren Sueli Montagner Lago, referentes ao período aquisitivo 2021/2022, a serem usufruídas nos períodos de 10 a 19.4.2023, de 28.8 a 6.9.2023 e de 23.10 a 1.11.2023, nos termos dos artigos 1º, 4º, 14 e 15 da Resolução nº 28/2018-PGJ, de 23.11.2018, do artigo 123 da Lei nº 1.102, de 10.10.1990, com a nova redação dada pela Lei nº 2.964, de 23.12.2004, e, ainda, dos artigos 22, inciso III, e 29-A da Lei nº 4.134, de 6.12.2011, com redação dada pela Lei nº 4.972, de 29.12.2016.

NILZA GOMES DA SILVA

Procuradora-Geral Adjunta de Justiça Administrativa

PORTARIA Nº e-174/2023/PGJ, DE 9.2.2023

A PROCURADORA-GERAL ADJUNTA DE JUSTIÇA ADMINISTRATIVA, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 2º, inciso VI, da Resolução nº 12/2020-PGJ, de 5.5.2020,

R E S O L V E :

Conceder férias ao servidor José Guilherme de Oliveira, referentes ao período aquisitivo 2020/2021, a serem usufruídas nos períodos de 17 a 26.7.2023 e de 17 a 26.1.2024, bem como a conversão de um terço das férias em abono pecuniário no período de 4 a 13.4.2023, nos termos dos artigos 1º, 4º, 14 e 15 da Resolução nº 28/2018-PGJ, de 23.11.2018, do artigo 123 da Lei nº 1.102, de 10.10.1990, com a nova redação dada pela Lei nº 2.964, de 23.12.2004, e, ainda, dos artigos 22, inciso III, e 29-A da Lei nº 4.134, de 6.12.2011, com redação dada pela Lei nº 4.972, de 29.12.2016.

NILZA GOMES DA SILVA

Procuradora-Geral Adjunta de Justiça Administrativa

PORTARIA Nº e-175/2023/PGJ, DE 9.2.2023

A PROCURADORA-GERAL ADJUNTA DE JUSTIÇA ADMINISTRATIVA, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 2º, inciso VI, da Resolução nº 12/2020-PGJ, de 5.5.2020,

R E S O L V E :

Conceder férias à servidora Rebeca Izepi Silva Monteiro, referentes ao período aquisitivo 2019/2020, a serem usufruídas nos períodos de 20 a 29.4.2023 e de 30.10 a 8.11.2023, bem como a conversão de um terço das férias em abono pecuniário no período de 10 a 19.4.2023, nos termos dos artigos 1º, 4º, 14 e 15 da Resolução nº 28/2018-PGJ, de 23.11.2018, do artigo 123 da Lei nº 1.102, de 10.10.1990, com a nova redação dada pela Lei nº 2.964, de 23.12.2004, e, ainda, dos artigos 22, inciso III, e 29-A da Lei nº 4.134, de 6.12.2011, com redação dada pela Lei nº 4.972, de 29.12.2016.

NILZA GOMES DA SILVA

Procuradora-Geral Adjunta de Justiça Administrativa

PORTARIA Nº e-176/2023/PGJ, DE 9.2.2023

A PROCURADORA-GERAL ADJUNTA DE JUSTIÇA ADMINISTRATIVA, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 2º, inciso VI, da Resolução nº 12/2020-PGJ, de 5.5.2020,

R E S O L V E :

Alterar a Portaria nº e-894/2022-PGJ, de 20.7.2022, que concedeu férias à servidora Vanusa Weber, de forma que, onde consta: "período aquisitivo 2020/2021, a serem usufruídas de 20 a 29.3.2023", passe a constar: "período aquisitivo 2020/2021, a serem usufruídas de 8 a 17.2.2023 com a conversão de um terço das férias em abono pecuniário", nos termos do artigo 9º da Resolução nº 28/2018-PGJ, de 23.11.2018.

NILZA GOMES DA SILVA

Procuradora-Geral Adjunta de Justiça Administrativa

**PORTARIA Nº e-177/2023/PGJ, DE 9.2.2023**

A PROCURADORA-GERAL ADJUNTA DE JUSTIÇA ADMINISTRATIVA, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 2º, inciso VI, da Resolução nº 12/2020-PGJ, de 5.5.2020,

R E S O L V E :

Conceder férias à servidora Vanessa Yasmin Taira Agnelli, referentes ao período aquisitivo 2022/2023, a serem usufruídas nos períodos de 14 a 23.6.2023 e de 17 a 26.10.2023, bem como a conversão de um terço das férias em abono pecuniário no período de 8 a 17.1.2024, nos termos dos artigos 1º, 4º, 14 e 15 da Resolução nº 28/2018-PGJ, de 23.11.2018, do artigo 123 da Lei nº 1.102, de 10.10.1990, com a nova redação dada pela Lei nº 2.964, de 23.12.2004, e, ainda, dos artigos 22, inciso III, e 29-A da Lei nº 4.134, de 6.12.2011, com redação dada pela Lei nº 4.972, de 29.12.2016.

NILZA GOMES DA SILVA

Procuradora-Geral Adjunta de Justiça Administrativa

PORTARIA Nº e-178/2023/PGJ, DE 9.2.2023

A PROCURADORA-GERAL ADJUNTA DE JUSTIÇA ADMINISTRATIVA, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 2º, inciso VI, da Resolução nº 12/2020-PGJ, de 5.5.2020,

R E S O L V E :

Conceder férias ao servidor Roberson Rosalin de Freitas, referentes ao período aquisitivo 2021/2022, a serem usufruídas nos períodos de 2 a 11.5.2023 e de 6 a 15.11.2023, bem como a conversão de um terço das férias em abono pecuniário no período de 20 a 29.11.2023, nos termos dos artigos 1º, 4º, 14 e 15 da Resolução nº 28/2018-PGJ, de 23.11.2018, do artigo 123 da Lei nº 1.102, de 10.10.1990, com a nova redação dada pela Lei nº 2.964, de 23.12.2004, e, ainda, dos artigos 22, inciso III, e 29-A da Lei nº 4.134, de 6.12.2011, com redação dada pela Lei nº 4.972, de 29.12.2016.

NILZA GOMES DA SILVA

Procuradora-Geral Adjunta de Justiça Administrativa

PORTARIA Nº e-179/2023/PGJ, DE 9.2.2023

A PROCURADORA-GERAL ADJUNTA DE JUSTIÇA ADMINISTRATIVA, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 2º, inciso VI, da Resolução nº 12/2020-PGJ, de 5.5.2020,

R E S O L V E :

Conceder férias à servidora Patricia da Silva Pereira, referentes ao período aquisitivo 2022/2023, a serem usufruídas nos períodos de 2 a 11.5.2023, de 11 a 20.9.2023 e de 6 a 15.11.2023, nos termos dos artigos 1º, 4º, 14 e 15 da Resolução nº 28/2018-PGJ, de 23.11.2018, do artigo 123 da Lei nº 1.102, de 10.10.1990, com a nova redação dada pela Lei nº 2.964, de 23.12.2004, e, ainda, dos artigos 22, inciso III, e 29-A da Lei nº 4.134, de 6.12.2011, com redação dada pela Lei nº 4.972, de 29.12.2016.

NILZA GOMES DA SILVA

Procuradora-Geral Adjunta de Justiça Administrativa

PORTARIA Nº e-180/2023/PGJ, DE 9.2.2023

A PROCURADORA-GERAL ADJUNTA DE JUSTIÇA ADMINISTRATIVA, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 2º, inciso VI, da Resolução nº 12/2020-PGJ, de 5.5.2020,

R E S O L V E :

Conceder férias à servidora Suzete dos Santos Bezerra, referentes ao período aquisitivo 2021/2022, a serem usufruídas nos períodos de 10 a 19.4.2023 e de 6 a 15.11.2023, bem como a conversão de um terço das férias em abono pecuniário no período de 27.3 a 5.4.2023, nos termos dos artigos 1º, 4º, 14 e 15 da Resolução nº 28/2018-PGJ, de 23.11.2018, do artigo 123 da Lei nº 1.102, de 10.10.1990, com a nova redação dada pela Lei nº 2.964, de 23.12.2004, e, ainda, dos artigos 22, inciso III, e 29-A da Lei nº 4.134, de 6.12.2011, com redação dada pela Lei nº 4.972, de 29.12.2016.

NILZA GOMES DA SILVA

Procuradora-Geral Adjunta de Justiça Administrativa

CONSELHO SUPERIOR**AVISO Nº 007/2023/SCSMP**

A Secretaria do Conselho Superior do Ministério Público, em cumprimento ao disposto no artigo 126 do Regimento Interno do Conselho Superior do Ministério Público, dá conhecimento aos interessados da existência da promoção de arquivamento dos autos abaixo relacionados, para que, no prazo de 10 (dez) dias querendo, apresentem razões escritas, peças informativas ou documentos que serão a estes juntados:

1) Inquérito Civil nº 06.2017.00000201-0 - 42ª Promotoria de Justiça da Habitação e Urbanismo da comarca de Campo Grande - Requerente: Ministério Público Estadual - Requerido: Município de Campo Grande - Assunto: Apurar se houve irregularidades em processo de licenciamento urbanístico (GDU's) de empreendimentos do tipo desmembramento e loteamento que poderiam se beneficiar do Plano Local para Qualificação Urbanística dos Polos de Desenvolvimento Econômico, nos anos de 2012, 2013, 2014, 2015 e 2016 e de edifícios com atividade comercial que não construíram as vagas de garagem necessárias e/ou não implantaram a necessária pista de recuo.

2) Inquérito Civil nº 06.2017.00001609-1 - 1ª Promotoria de Justiça do Patrimônio Público e Social da comarca de Ribas do Rio Pardo - Requerente: Ministério Público Estadual - Requerida: Camila Miranda dos Santos - ME, Luís Roberto Pasquotto Mariani, Município de Ribas do Rio Pardo, Paulo Cesar Lima Silveira - Assunto: Apurar eventual ocorrência da prática de atos de improbidade administrativa decorrentes de suposta contratação irregular da empresaria individual Camila Miranda dos Santos - ME pelo Município de Ribas do Rio Pardo.

3) Inquérito Civil nº 06.2018.00000269-0 - 2ª Promotoria de Justiça do Meio Ambiente da comarca de Bonito - Requerente: Ministério Público Estadual - Requerido: Município de Bonito - Assunto: Apurar eventual necessidade de criação de três unidades de conservação no município de Bonito MS, para fins de proteção das áreas de banhado. (IC nº 17/2016, migrado para o sistema SAJMP).

4) Inquérito Civil nº 06.2018.00000332-3 - 2ª Promotoria de Justiça do Meio Ambiente da comarca de Bonito - Requerente: Ministério Público Estadual - Requerido: Edivaldo Luiz Francischinelli - Assunto: Apurar eventuais danos ambientais causado em razão da ausência de Documentos de Origem Florestal (DOF) para execução de transporte de produtos ou subprodutos de origem florestal nativa, conforme auto de infração nº 22353, laudo de constatação nº 18194 e 18195 e Termo de Apreensão e Depósito nº 07709, todos de lavra do IMASUL, neste município de Bonito/MS. (IC nº 38/2015, migrado para o sistema SAJMP).

5) Inquérito Civil nº 06.2018.00000464-4 - 2ª Promotoria de Justiça do Meio Ambiente da comarca de Bonito - Requerente: Ministério Público Estadual - Requerida: Agropecuária Belo Horizonte - Assunto: Apurar desmatamento de área de preservação permanente, em curso de água natural perene e intermitente, na Fazenda Machadinho, localizada município de Bonito/MS. (IC nº 25/2016, migrado para o sistema SAJMP).

6) Inquérito Civil nº 06.2018.00000579-8 - 1ª Promotoria de Justiça do Meio Ambiente da comarca de Ponta Porã - Requerente: Ministério Público Estadual - Requerido: Renato Eberhart - Assunto: Apurar a regularidade jurídico-ambiental da propriedade rural denominada Fazenda Recanto, localizada no município de Ponta Porã/MS. **Advogada: Aniele Araújo Castilho Teno, OAB/MS nº 19.071.**

7) Inquérito Civil nº 06.2018.00001247-7 - 2ª Promotoria de Justiça do Meio Ambiente da comarca de Bonito - Requerente: Ministério Público Estadual - Requerido: Antônio Carlos Mathias - Assunto: Apurar eventual irregularidade, consistente na ausência de licença, no desempenho das atividades da pousada Arara Azul (Estância Neves).

8) Inquérito Civil nº 06.2018.00001256-6 - 1ª Promotoria de Justiça do Patrimônio Público e Social da comarca de Coxim - Requerente: Ministério Público Estadual - Requerida: Secretaria estadual de obra - Assunto: Apurar possível negligência da autoridade pública estadual na manutenção da Rodovia BR-359 nas proximidades do município de Alcínópolis e eventuais atos de improbidade administrativa daí decorrentes." (IC nº 36/2016, migrado para o sistema SAJMP).

9) Inquérito Civil nº 06.2018.00001394-3 - Promotoria de Justiça do Meio Ambiente da comarca de Pedro Gomes - Requerente: Ministério Público Estadual - Requerido: Agripino de Oliveira Lima Filho - Assunto: Apurar eventual desmatamento ilegal, consistente no corte de diversas árvores de várias espécies (piúva, jatobá e angico), além do corte de uma árvore da espécie aroeira, bem como danos ambientais nas áreas de reserva legal e de preservação permanente (margens do Córrego Café), sem autorização do órgão ambiental, na fazenda Nova Esperança no município de Pedro Gomes.

10) Inquérito Civil nº 06.2018.00001521-9 - 1ª Promotoria de Justiça do Patrimônio Público e Social da comarca de Bela Vista - Requerente: Ministério Público Estadual - Requerida: Prefeitura Municipal de Bela Vista/MS - Assunto: Apurar supostas irregularidades no Processo Administrativo nº 19/2017 - Pregão Presencial nº 005/2017, onde sagrou-se vencedor o Restaurante HZÃO.



- 11) Inquérito Civil nº 06.2018.00001559-6** - 1ª Promotoria de Justiça do Meio Ambiente da comarca de Bela Vista - Requerente: Ministério Público Estadual - Requerida: Gilca Lino - Assunto: Apurar dano ambiental causado no imóvel de propriedade da Sra. Gilca Lino, as margens do Rio Apa.
- 12) Inquérito Civil nº 06.2018.00002181-0** - 1ª Promotoria de Justiça do Patrimônio Público e Social da comarca de Miranda - Requerente: Ministério Público Estadual - Requerido: Município de Bodoquena - Assunto: Apurar suposta irregularidade na contratação de empresa pelo Município de Bodoquena, em meados de 2016.
- 13) Inquérito Civil nº 06.2018.00002456-2** - 1ª Promotoria de Justiça do Patrimônio Público e Social da comarca de Terenos - Requerente: Ministério Público Estadual - Requerido: A apurar - Assunto: Apurar possíveis irregularidades nas transações realizadas entre o Município de Terenos/MS e a empresa Stenia de Souza-ME e a empresa Marsoft Informática.
- 14) Inquérito Civil nº 06.2019.00000295-0** - Promotoria de Justiça do Patrimônio Público e Social da comarca de Rio Negro - Requerente: Ministério Público Estadual - Requerida: Câmara de Vereadores de Corguinho - Assunto: Apurar possíveis irregularidades no pagamento de diárias a vereadores do município de Corguinho na legislatura 2013/2016.
- 15) Inquérito Civil nº 06.2019.00000325-0** - 42ª Promotoria de Justiça do Patrimônio Histórico e Cultural da comarca de Campo Grande - Requerente: Ministério Público Estadual - Requeridos: Estado de Mato Grosso do Sul e o município de Campo Grande - Assunto: Apurar a ocorrência de danos à Loja Maçônica Oriente Maracaju, localizada na rua Calógeras, nº 1.952, Centro, Campo Grande/MS, patrimônio histórico e cultural tombado por dois entes federativos, quais sejam, Estado e Município, em razão dos vários danos estruturais que comprometem a preservação da construção, o uso inadequado e manutenção irregular das instalações elétricas, e por não possuir projeto de prevenção contra incêndio e pânico, ensejando risco de incêndio.
- 16) Inquérito Civil nº 06.2019.00000611-3** - Promotoria de Justiça do Patrimônio Público e Social da comarca de Pedro Gomes - Requerente: Ministério Público Estadual - Requeridos: MKJ Assessoria Contábil Ltda-EPP, Município de Pedro Gomes e Rodrigo Briga de Moraes EIRELI-ME- Assunto: Apurar eventuais irregularidades no contrato nº 42/2017, envolvendo a empresa MKJ Assessoria Contábil Ltda-EPP, e no contrato nº 53/2017, envolvendo a empresa Rodrigo Brito de Moraes EIRELI, ambos firmados com o Município de Pedro Gomes/MS.
- 17) Inquérito Civil nº 06.2019.00000884-4** - 1ª Promotoria de Justiça do Patrimônio Público e Social da comarca de Miranda - Requerente: Ministério Público Estadual - Requerido: Município de Miranda - Assunto: Apurar eventual irregularidade na contratação, pelo município de Miranda, de elevado número de servidores públicos em caráter temporário para o preenchimento de vagas puras.
- 18) Inquérito Civil nº 06.2019.00000915-4 (Sigiloso)** - 1ª Promotoria de Justiça do Patrimônio Público e Social da comarca de Cassilândia.
- 19) Inquérito Civil nº 06.2019.00001264-8** - Promotoria de Justiça do Meio Ambiente da comarca de Deodápolis - Requerente: Ministério Público Estadual - Requerido: Walter Uzan - Assunto: Apurar a regularidade ambiental do Lotes 38, 64, 66 e 68 da Quadra 76 e o Lote 63, da Quadra 80, do município de Deodápolis/MS, bem como eventuais danos ambientais causados pelo manejo inadequado do solo e da vegetação nativa dos referidos imóveis rurais.
- 20) Inquérito Civil nº 06.2019.00001320-3** - 2ª Promotoria de Justiça do Meio Ambiente da comarca de Coxim - Requerente: Ministério Público Estadual - Requerido: Município de Alcínópolis/MS - Assunto: Apuração de responsabilidades relacionadas à cobertura da rede de esgoto no Município de Alcínópolis, observado que a norma que disciplina as concessões e permissões da prestação de serviços públicos, regimes previstos no artigo 175 da Constituição Federal, estabelece que a prestação de serviço deve ser feito adequadamente ao pleno atendimento dos usuários, satisfazendo as condições de regularidade, continuidade, eficiência, segurança, atualidade, generalidade, cortesia na prestação e modicidade das tarifas.
- 21) Inquérito Civil nº 06.2019.00001434-6** - 1ª Promotoria de Justiça do Patrimônio Público e Social da comarca de Camapuã - Requerente: Denúncia anônima - Requerido: Presidente da Câmara Municipal de Vereadores de Camapuã - Assunto: Apurar eventuais irregularidades no pagamento da aposentadoria da servidora Irene Vieira de Oliveira.
- 22) Inquérito Civil nº 06.2019.00001712-1 (Sigiloso)** - 1ª Promotoria de Justiça do Patrimônio Público e Social da comarca de Camapuã.
- 23) Inquérito Civil nº 06.2020.00000021-9** - 42ª Promotoria de Justiça do Meio Ambiente da comarca de Campo Grande - Requerente: Ministério Público Estadual - Requeridos: Manoel Silvério Filho e Mercedes Martines Gomes - Assunto: Apuram a regularidade ambiental do Lote 17, Quadra 13, localizado na rua José Luiz Carneiro Camargo, em Campo Grande/MS, matrícula nº 94.769 do Cartório de Registro de Imóveis da 1ª Circunscrição.
- 24) Inquérito Civil nº 06.2020.00000024-1** - 42ª Promotoria de Justiça do Meio Ambiente da comarca de Campo Grande - Requerente: Ministério Público Estadual - Requeridos: Carlos Roberto Rodrigues Pratis e Helbio Castello Branco - Assunto: Apurar a regularidade ambiental do Lote 18, Quadra 13, localizado na Rua Ari Coelho de Oliveira Neto em Campo Grande/MS, matriculado no Cartório de Registro de Imóveis da 1ª Circunscrição sob nº 94.320 e Inscrição Imobiliária Municipal nº 09.10.006.018-0.
- 25) Inquérito Civil nº 06.2020.00000049-6 (Sigiloso)** - Promotoria de Justiça do Patrimônio Público e Social da comarca



de Rio Negro.

26) Inquérito Civil nº 06.2020.00000236-1 (Sigiloso) - 28ª Promotoria de Justiça da Infância e da Juventude da comarca de Campo Grande.

27) Inquérito Civil nº 06.2020.00000759-0 - 2ª Promotoria de Justiça do Meio Ambiente da comarca de Bonito - Requerente: Ministério Público Estadual - Requerido: Alair Ribeiro Fernandes - Assunto: Apurar a ocorrência de supressão vegetal irregular de 6,372 hectares de fragmento de vegetação secundária em estágio inicial de regeneração, em bioma Mata Atlântica, na Fazenda São Pascoal, de propriedade de Alair Ribeiro Fernandes (Auto de Infração/IBAMA: AZXBRKYB).

28) Inquérito Civil nº 06.2020.00000888-8 - 1ª Promotoria de Justiça do Meio Ambiente da comarca de Anastácio - Requerente: Ministério Público Estadual - Requerido: Cleomir Barbosa Froes - Assunto: Apurar eventual irregularidade ambiental no imóvel denominado "Sítio De Recreio - Chácara Pesqueiro Da Barra - Lote 28.", tal como consta na Ficha Cadastral nº 0190, no âmbito do Programa SOS Rios.

29) Inquérito Civil nº 06.2020.00000926-5 - 1ª Promotoria de Justiça do Meio Ambiente da comarca de Paranaíba - Requerente: Ministério Público Estadual - Requerido: Paulo César Fratin - Assunto: Apurar eventual dano ambiental na Fazenda Córrego Fundo I, localizada neste Município.

30) Inquérito Civil nº 06.2020.00001090-6 - 2ª Promotoria de Justiça do Meio Ambiente da comarca de Bonito - Requerente: Ministério Público Estadual - Requerida: Ita Terra, de propriedade de Itamar Mazina - Assunto: Apurar conduta irregular praticada pela empresa Ita Terra, de propriedade de Itamar Mazina, durante processo de desmatamento na Fazenda Bonito - Parte.

31) Inquérito Civil nº 06.2020.00001178-2 (Sigiloso) - 31ª Promotoria de Justiça do Patrimônio Público e Social da comarca de Campo Grande.

32) Inquérito Civil nº 06.2021.00000057-8 (Sigiloso) - 2ª Promotoria de Justiça do Patrimônio Público e Social da comarca de Naviraí.

33) Inquérito Civil nº 06.2021.00000147-7 - 1ª Promotoria de Justiça do Meio Ambiente da comarca de Rio Verde de Mato Grosso - Requerente: Ministério Público Estadual - Requerido: Ricardo Moron - Assunto: Apurar a supressão da área de vegetação nativa de 4,19 hectares sem autorização do órgão ambiental, conforme auto de infração nº 5409/IMASUL, e a supressão de uma fração de hectare em área de preservação permanente, conforme auto de infração nº 010300/2022/IMASUL, na fazenda São José da Piúva, situada no município de Rio Verde de Mato Grosso/MS.

34) Inquérito Civil nº 06.2021.00000257-6 - 76ª Promotoria de Justiça da Saúde da comarca de Campo Grande - Requerente: Ministério Público Estadual - Requerida: SESA - Assunto: Apurar o aumento de nascimento de recém-nascidos prematuros em Campo Grande/MS.

35) Inquérito Civil nº 06.2021.00000263-2 - 7ª Promotoria de Justiça do Patrimônio Público e Social da comarca de Três Lagoas - Requerente: Ministério Público Estadual - Requerido: Giovani André Gallerani - Assunto: Apurar eventual desvio de materiais, notadamente da Escola Municipal Maria Eulária (quando em reforma/ampliação) para propriedade particular do Prefeito de Três Lagoas, além de materiais a serem utilizados pela Agroen em reforma/ampliação notadamente de escolas da cidade para o mesmo fim, bem como a compra de propriedades e outros bens de valor para o referido alcaide em nome de "laranja(s)".

36) Inquérito Civil nº 06.2021.00000456-3 (Sigiloso) - 7ª Promotoria de Justiça do Patrimônio Público e Social da comarca de Três Lagoas.

37) Inquérito Civil nº 06.2021.00000582-9 - 2ª Promotoria de Justiça do Meio Ambiente da comarca de Bonito - Requerente: Ministério Público Estadual - Requerida: Giuliane Pereira Barbosa Monteiro - Assunto: Apurar a construção irregular em área de preservação permanente do Córrego Bonito, conforme auto de infração nº 6711 feito pela Polícia Militar Ambiental. **Advogado: Silvio Roberto Rocca, OAB/MS nº 5.114B.**

38) Inquérito Civil nº 06.2021.00000594-0 - 1ª Promotoria de Justiça do Patrimônio Público e Social da comarca de Ponta Porã - Requerente: Ministério Público Estadual - Requeridos: Alexandrino Arevalo Garcia e o município de Aral Moreira - Assunto: Saque em espécie em conta bancária da municipalidade de Aral Moreira/MS sem comprovação de despesa.

39) Inquérito Civil nº 06.2021.00000718-2 (Sigiloso) - 2ª Promotoria de Justiça do Patrimônio Público e Social da comarca de Naviraí.

40) Inquérito Civil nº 06.2021.00000789-3 - Promotoria de Justiça do Meio Ambiente da comarca de Rio Negro - Requerente: Ministério Público Estadual - Requerido: Antônio Martinez Garcia - Assunto: Apurar suposta exploração de vegetação nativa na propriedade rural de Antônio Martinez Garcia, denominada fazenda Correntino, situada no município de Corguinho.

41) Inquérito Civil nº 06.2021.00000822-6 (Sigiloso) - 1ª Promotoria de Justiça do Patrimônio Público e Social da comarca de Ponta Porã. **Advogado e Procurador do Município Ricardo Soares Sanches Dias, OAB/MS nº 11.558.**

42) Inquérito Civil nº 06.2021.00000884-8 - 2ª Promotoria de Justiça do Meio Ambiente da comarca de Bonito -



Requerente: Ministério Público Estadual - Requerido: Darci Parizotto - Assunto: Apurar as causas e as consequências ambientais do incêndio ocorrido na Fazenda Bom Sossego, conforme boletim de ocorrência nº 293/2020, que ocasionou a queima de, aproximadamente 180 hectares de pastagem.

43) Inquérito Civil nº 06.2021.00001178-6 - Promotoria de Justiça do Meio Ambiente da comarca de Nioaque - Requerente: Ministério Público Estadual - Requeridos: Diogo Rodrigo Saboto e Francisco Boschetti - Assunto: Apurar irregularidade jurídica ambiental referente a supressão de 7,41 hectares em área de Reserva Legal, na fazenda Chácara Esperança, em Nioaque, sem autorização da autoridade ambiental competente, conforme Parecer nº Laudo Técnico 88/21/NUEGO (Programa DNA Ambiental).

44) Inquérito Civil nº 06.2021.00001217-4 - 1ª Promotoria de Justiça do Meio Ambiente da comarca de Nova Andradina - Requerente: Ministério Público Estadual - Requerido: WN Agropecuária e Participações Ltda - Assunto: Apurar a situação ambiental da fazenda Rio Grande após incêndio que atingiu 40,8 hectares de vegetação exótica da área de pastagem, bem como de vegetação nativa da reserva legal.

45) Inquérito Civil nº 06.2021.00001224-1 - 1ª Promotoria de Justiça do Meio Ambiente da comarca de Nova Andradina - Requerente: Ministério Público Estadual - Requerido: Amer Farhat - Assunto: Apurar eventual ocorrência de dano ambiental na Fazenda Damasco, CARMS 0015690, em decorrência da supressão de vegetação nativa sem autorização legal.

46) Inquérito Civil nº 06.2021.00001462-8 (Sigiloso) - 1ª Promotoria de Justiça do Patrimônio Público e Social da comarca de São Gabriel do Oeste.

47) Inquérito Civil nº 06.2022.00000238-0 (Sigiloso) - 1ª Promotoria de Justiça do Patrimônio Público e Social da comarca de Miranda.

48) Inquérito Civil nº 06.2022.00000322-4 - 1ª Promotoria de Justiça do Patrimônio Público e Social da comarca de Coxim - Requerente: Ministério Público Estadual - Requerido: A apurar - Assunto: Apurar as circunstâncias da venda do imóvel localizado na Rua General Mendes de Moraes, nº 93, Coxim/MS.

49) Inquérito Civil nº 06.2022.00000326-8 - 1ª Promotoria de Justiça do Meio Ambiente da comarca de Ponta Porã - Requerente: Ministério Público Estadual - Requeridos: Alanna Tayse Pagnoncelli Corso, João Gabriel Brito Moreno, João Plínio Ratier Moreno e Thiago Henrique Brito Moreno - Assunto: Apurar a regularidade jurídico-ambiental da propriedade rural denominada Fazenda Rincão de Júlio e buscar a compensação pelo dano ambiental do desmatamento de 0,84 hectares de vegetação nativa sem licença ambiental. **Advogados: Luís Otávio Ramos Garcia, OAB/MS nº 11.140 e Rodrigo Santana, OAB/MS nº 14.162.**

50) Inquérito Civil nº 06.2022.00000329-0 - 1ª Promotoria de Justiça do Meio Ambiente da comarca de Ponta Porã - Requerente: Ministério Público Estadual - Requeridos: Allanna Tayse Pagnoncelli Corso, João Plínio Ratier Moreno e Thiago Henrique Brito Moreno - Assunto: Apurar a regularidade jurídico-ambiental da propriedade rural denominada fazenda Boa Vista e buscar a compensação pelo dano ambiental do desmatamento de 5,17 hectares de vegetação nativa sem licença ambiental. **Advogados: Luís Otávio Ramos Garcia, OAB/MS nº 11.140 e Rodrigo Santana, OAB/MS nº 14.162.**

51) Inquérito Civil nº 06.2022.00000336-8 - Promotoria de Justiça do Meio Ambiente da comarca de Sonora - Requerente: Ministério Público Estadual - Requeridos: Alceu Zanchin e Dorvalino Zanchin - Assunto: Apurar desmatamento de 4,06 hectares em Reserva legal, na Fazenda Paulista, em Sonora, sem autorização da autoridade ambiental competente, conforme Parecer nº 147/21/NUGEO (Programa DNA Ambiental).

52) Inquérito Civil nº 06.2022.00000526-6 - 1ª Promotoria de Justiça do Patrimônio Público e Social da comarca de Cassilândia - Requerente: Denúncia anônima - Requeridos: Prefeito Jair Boni Cogo e Impulcetto & Impulcetto Elétrica Ltda. - Assunto: Apurar a eventual prática de ato de improbidade administrativa consistente no pagamento indevido pelo município de Cassilândia à empresa Impulcetto & Impulcetto Elétrica Ltda., em desconformidade com o contrato firmado entre as partes.

53) Procedimento Preparatório nº 06.2022.00000534-4 (Sigiloso) - Promotoria de Justiça do Patrimônio Público e Social da comarca de Nioaque.

54) Inquérito Civil nº 06.2022.00000580-0 - 1ª Promotoria de Justiça do Meio Ambiente da comarca de Rio Verde de Mato Grosso - Requerente: Ministério Público Estadual - Requeridos: Antônio Arruda Negrisoni e Antônio César Negrisoni - Assunto: Apurar a supressão de 14,43 hectares em áreas de vegetação nativa, na fazenda Peru, em Rio Verde de Mato Grosso/MS, sem autorização da autoridade ambiental competente, conforme Laudo Técnico nº 319/22/NUGEO (Programa DNA Ambiental).

55) Inquérito Civil nº 06.2022.00000871-9 - 1ª Promotoria de Justiça do Meio Ambiente da comarca de Rio Verde de Mato Grosso - Requerente: Núcleo Ambiental de Apoio ao CAOMA - MPMS - Requeridos: Leila Auxiliadora de Maos Barbosa e Silvio da Cunha Barbosa - Assunto: Apurar irregularidade jurídica-ambiental referente a supressão de 1,92 hectares em área de Preservação Permanente, na fazenda Jaciara, em Rio Verde de Mato Grosso/MS, sem autorização da autoridade ambiental competente, conforme Parecer nº 292/22/NUGEO (Programa DNA Ambiental).



- 56) Inquérito Civil nº 06.2022.00001110-2** - 2ª Promotoria de Justiça do Idoso da comarca de Sidrolândia - Requerente: Ministério Público Estadual - Requerida: Maria Clenir de Souza Correa - Assunto: Apurar eventual funcionamento de ILPI em situação irregular no município de Sidrolândia/MS conforme informações trazidas no Ofício nº 724/2022/SEAS.
- 57) Inquérito Civil nº 06.2022.00001231-2** - 2ª Promotoria de Justiça do Meio Ambiente da comarca de Corumbá - Requerente: Ministério Público Estadual - Requeridos: Barcellos e Filhos Ltda., Camila Freire Barcellos, Eduardo Augusto Barcellos, Magali Freire Barcellos e Mônica Freire Barcellos Harris - Assunto: Laudo Técnico nº 114/22/Nugeo DNA Ambiental (2021): supressão de 42,94 hectares de Área Consolidada (ID 950), no período entre 25/09/2021 e 07/12/2021, no interior do imóvel rural Fazenda Talismã, São Manoel, Metraton, Santa Clara e Havaí (parte) (CARMS0017612), pertencente a Barcellos e Filhos Ltda., Camila Freire Barcellos, Eduardo Augusto Barcellos, Magali Freire Barcellos e Mônica Freire Barcellos Harris, sem licença ou autorização dos órgãos ambientais competentes.
- 58) Procedimento Preparatório nº 06.2022.00001442-1** - 2ª Promotoria de Justiça dos Direitos Constitucionais do Cidadão e dos Direitos Humanos da comarca de Paranaíba - Requerente: Ministério Público Estadual - Requerido: Município de Paranaíba/MS - Assunto: Apurar adequação do serviço de segurança existente na Irmandade Santa Casa de Misericórdia Paranaíba.
- 59) Inquérito Civil nº 06.2021.00001510-5** - 1ª Promotoria de Justiça do Meio Ambiente da comarca de Rio Verde de Mato Grosso - Requerente: Ministério Público Estadual - Requerido: Wilson Pereira de Oliveira - Assunto: Apurar dano ambiental resultado de corte de árvores nativas em área de reserva legal, sem autorização de órgão responsável, na fazenda Bom Jesus de Nazaré Parte, localizada no Município de Rio Verde de Mato Grosso/MS, conforme Auto de Infração nº 6221, lavrado pela Polícia Militar Ambiental do Estado de Mato Grosso do Sul.
- 60) Inquérito Civil nº 06.2022.00000194-8** - 1ª Promotoria de Justiça do Meio Ambiente da comarca de Rio Verde de Mato Grosso - Requerente: Ministério Público Estadual - Requerido: Adriano Flôrencio Nunes - Assunto: Apurar o Desmatamento de 5,0 hectares de vegetação nativa em área de Cerrado, no Lotes 57 e 58 - Assentamento Fama, localizada em Rio Verde de Mato Grosso/MS.
- 61) Inquérito Civil nº 06.2019.00001260-4** - Promotoria de Justiça do Meio Ambiente da comarca de Deodápolis - Requerente: Ministério Público Estadual - Requerido: Joaquim Manoel Romão - Assunto: Apurar a regularidade ambiental dos Lotes 72 e 74 da Quadra 76, e dos Lotes 64, 65 e 67 da Quadra 80, do município de Deodápolis/MS, bem como eventuais danos ambientais causados pelo manejo inadequado do solo e da vegetação nativa do referido imóvel rural.
- 62) Inquérito Civil nº 06.2019.00001261-5** - Promotoria de Justiça do Meio Ambiente da comarca de Deodápolis - Requerente: Ministério Público Estadual - Requeridos: Alcides Fagnani e Juliano Alves Marangoni - Assunto: Apurar a regularidade ambiental dos Lotes 36, 38, 42, 44, 46, 48 e 50, da Quadra 76, do município de Deodápolis/MS, bem como eventuais danos ambientais causados pelo manejo inadequado do solo e da vegetação nativa do referido imóvel rural.
- 63) Inquérito Civil nº 06.2022.00000949-5 (Sigiloso)** - 1ª Promotoria de Justiça do Meio Ambiente da comarca de Rio Verde de Mato Grosso.
- 64) Inquérito Civil nº 06.2021.00000504-0** - Promotoria de Justiça do Meio Ambiente da comarca de Sete Quedas - Requerente: Ministério Público Estadual - Requerida: Maria Gonçalves dos Santos - Assunto: Apurar o déficit de 0,52 hectares em Área de Preservação Permanente referente ao Rio Iguatemi no Lote 77-B, Gleba 02-Moroti, em Sete Quedas/MS, sem autorização da autoridade ambiental competente, conforme Parecer nº 24/20/NUGEO.
- 65) Inquérito Civil nº 06.2023.00000044-2** - 2ª Promotoria de Justiça do Meio Ambiente da comarca de Bonito - Requerente: Ministério Público Estadual - Requerido: Ocimar Recalhti - Assunto: Apurar uma abertura de estrada com aproximadamente 6.185 m² e Assoreamento de 3,20 hectares, ambos em área de Preservação Permanente, na Fazenda Samambaia, em Bonito/MS, sem autorização da autoridade ambiental competente, conforme os Autos de Infrações nº 9786/2022 e nº 9863/2022.
- 66) Inquérito Civil nº 06.2019.00001035-0 (Sigiloso)** - 1ª Promotoria de Justiça do Patrimônio Público e Social da comarca de Cassilândia.
- 67) Inquérito Civil nº 06.2019.00001109-3** - 1ª Promotoria de Justiça do Patrimônio Público e Social da comarca de Cassilândia - Requerente: Ministério Público Estadual - Requeridos: Flávio César de Souza Freitas e Valdecy Pereira da Costa - Assunto: Apurar eventuais irregularidades na contratação de agência de publicidade para prestação de serviços à Câmara Municipal de Vereadores no valor de R\$ 180.000,00 (cento e oitenta mil) reais (Extrato de Contrato nº 013/2019, Tomada de Preço nº 002/2019 e Processo Administrativo nº 016/2019).
- 68) Inquérito Civil nº 06.2021.00000162-2** - 1ª Promotoria de Justiça do Patrimônio Público e Social da comarca de Cassilândia - Requerente: Ministério Público Estadual - Requerido: A apurar - Assunto: Apurar a legalidade da contratação dos serviços de limpeza pública (contrato nº 001/2017, contrato nº 002/2017, contrato nº 116/2019 e Ata de Registro de Preço nº 22/2019) pelo município de Cassilândia/MS.
- 69) Inquérito Civil nº 06.2022.00000669-8** - 1ª Promotoria de Justiça do Meio Ambiente da comarca de Iguatemi - Requerente: Ministério Público Estadual - Requerida: Danielle Empreendimentos Promoções Ltda. - Assunto: Apurar a



supressão de 14,82 hectares em área de reserva legal e área consolidada, integrante do Bioma Mata Atlântica, na Fazenda Rancho Eldorado, em Iguatemi-MS, sem autorização da autoridade ambiental competente, conforme Laudo Técnico nº 68/22/NUGEO (Programa DNA Ambiental).

70) Procedimento Preparatório nº 06.2022.00000877-4 (Sigiloso) - 1ª Promotoria de Justiça do Patrimônio Público e Social da comarca de Bataguassu.

Campo Grande, 9 de fevereiro de 2023.

MARA CRISTIANE CRISÓSTOMO BRAVO

Procuradora de Justiça

Secretária do Conselho Superior do MP

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO

EXTRATO DA NOTA DE EMPENHO 2023NE000094 DE 07.02.2023 DO PROCESSO 09.2023.00000678-0

Unidade Gestora: Fundo Especial de Apoio e Desenvolvimento do Ministério Público.

Ordenadora de Despesa: Bianka Karina Barros da Costa, Promotora de Justiça e Secretária-Geral do Ministério Público do Estado de Mato Grosso do Sul.

Credor: Ch3 Comércio e Negócios Ltda.

Procedimento licitatório: Ata de Registro de Preços nº 58/PGJ/2022 - Pregão Eletrônico nº 10/PGJ/2022.

Objeto: Aquisição de material permanente (eletrodomésticos, eletroportáteis, eletrônicos e mobiliário) para atender o Ministério Público do Estado de Mato Grosso do Sul.

Valor: R\$ 11.445,00 (onze mil quatrocentos e quarenta e cinco reais), nos termos da Nota de Empenho nº 2023NE000094, de 07.02.2023.

Amparo legal: Inciso II, do artigo 15 da Lei nº 8.666/1993.

EXTRATO DA NOTA DE EMPENHO 2023NE000095 DE 07.02.2023 DO PROCESSO 09.2023.00000679-1

Unidade Gestora: Fundo Especial de Apoio e Desenvolvimento do Ministério Público.

Ordenadora de Despesa: Bianka Karina Barros da Costa, Promotora de Justiça e Secretária-Geral do Ministério Público do Estado de Mato Grosso do Sul.

Credor: Antonia Raimunda Alves.

Procedimento licitatório: Ata de Registro de Preços nº 57/PGJ/2022 - Pregão Eletrônico nº 10/PGJ/2022.

Objeto: Aquisição de material permanente (eletrodomésticos, eletroportáteis, eletrônicos e mobiliário) para atender o Ministério Público do Estado de Mato Grosso do Sul.

Valor: R\$ 6.900,00 (seis mil e novecentos reais), nos termos da Nota de Empenho nº 2023NE000095, de 07.02.2023.

Amparo legal: Inciso II, do artigo 15 da Lei nº 8.666/1993.

EXTRATO DA NOTA DE EMPENHO 2023NE000096 DE 07.02.2023 DO PROCESSO 09.2023.00000683-6

Unidade Gestora: Fundo Especial de Apoio e Desenvolvimento do Ministério Público.

Ordenadora de Despesa: Bianka Karina Barros da Costa, Promotora de Justiça e Secretária-Geral do Ministério Público do Estado de Mato Grosso do Sul.

Credor: Marck Tecnologia Comércio & Serviços Mecânicos Ltda.

Procedimento licitatório: Ata de Registro de Preços nº 54/PGJ/2022 - Pregão Eletrônico nº 10/PGJ/2022.

Objeto: Aquisição de material permanente (eletrodomésticos, eletroportáteis, eletrônicos e mobiliário) para atender o Ministério Público do Estado de Mato Grosso do Sul.

Valor: R\$ 13.487,50 (treze mil quatrocentos e oitenta e sete reais e cinquenta centavos), nos termos da Nota de Empenho nº 2023NE000096, de 07.02.2023.

Amparo legal: Inciso II, do artigo 15 da Lei nº 8.666/1993.

**EXTRATO DO CONTRATO Nº 014/PGJ/2023**

Processo nº 09.2023.00001097-3

Partes:

1- **MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL**, por intermédio do **Fundo Especial de Apoio e Desenvolvimento do Ministério Público**, representado por sua Procuradora-Geral Adjunta de Justiça Administrativa, **Nilza Gomes da Silva**;

2- **LLIMA ENGENHARIA COMÉRCIO E SERVIÇOS LTDA**, representada por **Luís Moreira de Lima**.

Procedimento licitatório: Ata de Registro de Preços nº 04/PGJ/2022 - Pregão Eletrônico nº 36/PGJ/2021.

Amparo legal: Lei nº 10.520/2002 e Lei nº 8.666/1993 (e suas alterações).

Objeto: Aquisição de aparelhos de ar condicionado – tipo ‘Split’ (*inverter* e convencional), bombas para remoção de condensado, serviços de instalação e execução de tubulação para atender o Ministério Público do Estado de Mato Grosso do Sul.

Valor contratual total: R\$ 12.859,00 (doze mil oitocentos e cinquenta e nove reais), nos termos das Notas de Empenho nº 2023NE000049 e 2023NE000050, datadas de 02.02.2023.

Vigência: 09.02.2023 a 09.02.2024.

Data de assinatura: 9 de fevereiro de 2023.

EXTRATO DO CONTRATO Nº 015/PGJ/2023

Processo: 09.2023.00001002-9

Partes:

1- **MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL**, por intermédio do **Fundo Especial de Apoio e Desenvolvimento do Ministério Público**, representado por sua Procuradora-Geral Adjunta de Justiça Administrativa, **Nilza Gomes da Silva**;

2- **WANDA MÓVEIS E EQUIPAMENTOS LTDA**, representada por **Quesia Dourado Silva**.

Procedimento licitatório: Ata de Registro de Preços nº 06/PGJ/2022 - Pregão Eletrônico nº 36/PGJ/2021.

Amparo legal: Lei nº 10.520/2002 e Lei nº 8.666/1993 (e suas alterações).

Objeto: Aquisição de aparelhos de ar condicionado – tipo ‘Split’ (*inverter* e convencional), bombas para remoção de condensado, serviços de instalação e execução de tubulação para atender o Ministério Público do Estado de Mato Grosso do Sul.

Valor contratual total: R\$ 7.640,00 (sete mil seiscentos e quarenta reais), nos termos das Notas de Empenho nº 2023NE000045 e 2023NE000046, datadas de 1º.02.2023.

Vigência: 08.02.2023 a 08.02.2024.

Data de assinatura: 8 de fevereiro de 2023.

EXTRATO DO CONTRATO Nº 016/PGJ/2023

Processo: 09.2023.00001095-1

Partes:

1- **MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL**, por intermédio do **Fundo Especial de Apoio e Desenvolvimento do Ministério Público**, representado por sua Procuradora-Geral Adjunta de Justiça Administrativa, **Nilza Gomes da Silva**;

2- **LLIMA ENGENHARIA COMÉRCIO E SERVIÇOS LTDA**, representada por **Luís Moreira de Lima**.

Procedimento licitatório: Ata de Registro de Preços nº 04/PGJ/2022 - Pregão Eletrônico nº 36/PGJ/2021.

Amparo legal: Lei nº 10.520/2002 e Lei nº 8.666/1993 (e suas alterações).

Objeto: Aquisição de aparelhos de ar condicionado – tipo ‘Split’ (*inverter* e convencional), bombas para remoção de condensado, serviços de instalação e execução de tubulação para atender o Ministério Público do Estado de Mato Grosso do Sul.

Valor contratual total: R\$ 12.859,00 (doze mil oitocentos e cinquenta e nove reais), nos termos das Notas de Empenho nº 2023NE000051 e 2023NE000052, datadas de 02.02.2023.

Vigência: 09.02.2023 a 09.02.2024.

Data de assinatura: 9 de fevereiro de 2023.

**EXTRATO DO CONTRATO Nº 017/PGJ/2023**

Processo: 09.2023.00001099-5

Partes:

1- MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, por intermédio do **Fundo Especial de Apoio e Desenvolvimento do Ministério Público**, representado por sua Procuradora-Geral Adjunta de Justiça Administrativa, **Nilza Gomes da Silva**;

2- LLIMA ENGENHARIA COMÉRCIO E SERVIÇOS LTDA, representada por **Luís Moreira de Lima**.

Procedimento licitatório: Ata de Registro de Preços nº 04/PGJ/2022 - Pregão Eletrônico nº 36/PGJ/2021.

Amparo legal: Lei nº 10.520/2002 e Lei nº 8.666/1993 (e suas alterações).

Objeto: Aquisição de aparelhos de ar condicionado – tipo ‘Split’ (*inverter* e convencional), bombas para remoção de condensado, serviços de instalação e execução de tubulação para atender o Ministério Público do Estado de Mato Grosso do Sul.

Valor contratual total: R\$ 12.859,00 (doze mil oitocentos e cinquenta e nove reais), nos termos das Notas de Empenho nº 2023NE000053 e 2023NE000054, datadas de 02.02.2023.

Vigência: 09.02.2023 a 09.02.2024.

Data de assinatura: 9 de fevereiro de 2023.

EXTRATO DO CONTRATO Nº 018/PGJ/2023

Processo: 09.2023.00001015-1

Partes:

1- MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, por intermédio do **Fundo Especial de Apoio e Desenvolvimento do Ministério Público**, representado por sua Procuradora-Geral Adjunta de Justiça Administrativa, **Nilza Gomes da Silva**;

2- LLIMA ENGENHARIA COMÉRCIO E SERVIÇOS LTDA, representada por **Luís Moreira de Lima**.

Procedimento licitatório: Ata de Registro de Preços nº 04/PGJ/2022 - Pregão Eletrônico nº 36/PGJ/2021.

Amparo legal: Lei nº 10.520/2002 e Lei nº 8.666/1993 (e suas alterações).

Objeto: Aquisição de aparelhos de ar condicionado – tipo ‘Split’ (*inverter* e convencional), bombas para remoção de condensado, serviços de instalação e execução de tubulação para atender o Ministério Público do Estado de Mato Grosso do Sul.

Valor contratual total: R\$ 7.470,00 (sete mil quatrocentos e setenta reais), nos termos das Notas de Empenho nº 2023NE000055 e 2023NE000056, datadas de 02.02.2023.

Vigência: 09.02.2023 a 09.02.2024.

Data de assinatura: 9 de fevereiro de 2023.

EXTRATO DO CONTRATO Nº 019/PGJ/2023

Processo: 09.2023.00001028-4

Partes:

1- MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, por intermédio do **Fundo Especial de Apoio e Desenvolvimento do Ministério Público**, representado por sua Procuradora-Geral Adjunta de Justiça Administrativa, **Nilza Gomes da Silva**;

2- LLIMA ENGENHARIA COMÉRCIO E SERVIÇOS LTDA, representada por **Luís Moreira de Lima**.

Procedimento licitatório: Ata de Registro de Preços nº 04/PGJ/2022 - Pregão Eletrônico nº 36/PGJ/2021.

Amparo legal: Lei nº 10.520/2002 e Lei nº 8.666/1993 (e suas alterações).

Objeto: Aquisição de aparelhos de ar condicionado – tipo ‘Split’ (*inverter* e convencional), bombas para remoção de condensado, serviços de instalação e execução de tubulação para atender o Ministério Público do Estado de Mato Grosso do Sul.

Valor contratual total: R\$ 2.825,70 (dois mil oitocentos e vinte e cinco reais e setenta centavos), nos termos das Notas de Empenho nº 2023NE000057 e 2023NE000058, datadas de 02.02.2023.

Vigência: 09.02.2023 a 09.02.2024.

Data de assinatura: 9 de fevereiro de 2023.

**EXTRATO DO CONTRATO Nº 020/PGJ/2023**

Processo: 09.2023.00000613-6

Partes:

1- MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, por intermédio do **Fundo Especial de Apoio e Desenvolvimento do Ministério Público**, representado por sua Procuradora-Geral Adjunta de Justiça Administrativa, **Nilza Gomes da Silva**;

2- WANDA MÓVEIS E EQUIPAMENTOS LTDA, representada por **Quesia Dourado Silva**.

Procedimento licitatório: Ata de Registro de Preços nº 06/PGJ/2022 - Pregão Eletrônico nº 36/PGJ/2021.

Amparo legal: Lei nº 10.520/2002 e Lei nº 8.666/1993 (e suas alterações).

Objeto: Aquisição de aparelhos de ar condicionado – tipo ‘Split’ (*inverter* e convencional), bombas para remoção de condensado, serviços de instalação e execução de tubulação para atender o Ministério Público do Estado de Mato Grosso do Sul.

Valor contratual total: R\$ 61.370,00 (sessenta e um mil trezentos e setenta reais), nos termos das Notas de Empenho nº 2023NE000047 e 2023NE000048, datadas de 1º.02.2023.

Vigência: 08.02.2023 a 08.02.2024.

Data de assinatura: 8 de fevereiro de 2023.

EXTRATO DO CONTRATO Nº 021/PGJ/2023

Processo nº 09.2023.00001026-2

Partes:

1- MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, por intermédio do **Fundo Especial de Apoio e Desenvolvimento do Ministério Público**, representado por sua Procuradora-Geral Adjunta de Justiça Administrativa, **Nilza Gomes da Silva**;

2- LLIMA ENGENHARIA COMÉRCIO E SERVIÇOS LTDA, representada por **Luís Moreira de Lima**.

Procedimento licitatório: Ata de Registro de Preços nº 04/PGJ/2022 - Pregão Eletrônico nº 36/PGJ/2021.

Amparo legal: Lei nº 10.520/2002 e Lei nº 8.666/1993 (e suas alterações).

Objeto: Aquisição de aparelhos de ar condicionado – tipo ‘Split’ (*inverter* e convencional), bombas para remoção de condensado, serviços de instalação e execução de tubulação para atender o Ministério Público do Estado de Mato Grosso do Sul.

Valor contratual total: R\$ 2.825,70 (dois mil oitocentos e vinte e cinco reais e setenta centavos), nos termos das Notas de Empenho nº 2023NE000061 e 2023NE000062, datadas de 03.02.2023.

Vigência: 09.02.2023 a 09.02.2024.

Data de assinatura: 9 de fevereiro de 2023.

EXTRATO DO CONTRATO Nº 022/PGJ/2023

Processo nº 09.2023.00001027-3

Partes:

1- MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, por intermédio do **Fundo Especial de Apoio e Desenvolvimento do Ministério Público**, representado por sua Procuradora-Geral Adjunta de Justiça Administrativa, **Nilza Gomes da Silva**;

2- LLIMA ENGENHARIA COMÉRCIO E SERVIÇOS LTDA, representada por **Luís Moreira de Lima**.

Procedimento licitatório: Ata de Registro de Preços nº 04/PGJ/2022 - Pregão Eletrônico nº 36/PGJ/2021.

Amparo legal: Lei nº 10.520/2002 e Lei nº 8.666/1993 (e suas alterações).

Objeto: Aquisição de aparelhos de ar condicionado – tipo ‘Split’ (*inverter* e convencional), bombas para remoção de condensado, serviços de instalação e execução de tubulação para atender o Ministério Público do Estado de Mato Grosso do Sul.

Valor contratual total: R\$ 2.825,70 (dois mil oitocentos e vinte e cinco reais e setenta centavos), nos termos das Notas de Empenho nº 2023NE000063 e 2023NE000064, datadas de 03.02.2023.

Vigência: 09.02.2023 a 09.02.2024.

Data de assinatura: 9 de fevereiro de 2023.

**EXTRATO DO CONTRATO Nº 023/PGJ/2023**

Processo nº 09.2023.00001025-1

Partes:

1- **MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL**, por intermédio do **Fundo Especial de Apoio e Desenvolvimento do Ministério Público**, representado por sua Procuradora-Geral Adjunta de Justiça Administrativa, **Nilza Gomes da Silva**;

2- **LLIMA ENGENHARIA COMÉRCIO E SERVIÇOS LTDA**, representada por **Luís Moreira de Lima**.

Procedimento licitatório: Ata de Registro de Preços nº 04/PGJ/2022 - Pregão Eletrônico nº 36/PGJ/2021.

Amparo legal: Lei nº 10.520/2002 e Lei nº 8.666/1993 (e suas alterações).

Objeto: Aquisição de aparelhos de ar condicionado – tipo ‘Split’ (*inverter* e convencional), bombas para remoção de condensado, serviços de instalação e execução de tubulação para atender o Ministério Público do Estado de Mato Grosso do Sul.

Valor contratual total: R\$ 2.825,70 (dois mil oitocentos e vinte e cinco reais e setenta centavos), nos termos das Notas de Empenho nº 2023NE000065 e 2023NE000066, datadas de 03.02.2023.

Vigência: 09.02.2023 a 09.02.2024.

Data de assinatura: 9 de fevereiro de 2023.

EXTRATO DO CONTRATO Nº 024/PGJ/2023

Processo nº 09.2023.00001022-9

Partes:

1- **MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL**, por intermédio do **Fundo Especial de Apoio e Desenvolvimento do Ministério Público**, representado por sua Procuradora-Geral Adjunta de Justiça Administrativa, **Nilza Gomes da Silva**;

2- **LLIMA ENGENHARIA COMÉRCIO E SERVIÇOS LTDA**, representada por **Luís Moreira de Lima**.

Procedimento licitatório: Ata de Registro de Preços nº 04/PGJ/2022 - Pregão Eletrônico nº 36/PGJ/2021.

Amparo legal: Lei nº 10.520/2002 e Lei nº 8.666/1993 (e suas alterações).

Objeto: Aquisição de aparelhos de ar condicionado – tipo ‘Split’ (*inverter* e convencional), bombas para remoção de condensado, serviços de instalação e execução de tubulação para atender o Ministério Público do Estado de Mato Grosso do Sul.

Valor contratual total: R\$ 2.825,70 (dois mil oitocentos e vinte e cinco reais e setenta centavos), nos termos das Notas de Empenho nº 2023NE000067 e 2023NE000068, datadas de 03.02.2023.

Vigência: 09.02.2023 a 09.02.2024.

Data de assinatura: 9 de fevereiro de 2023.

EXTRATO DO CONTRATO Nº 025/PGJ/2023

Processo nº 09.2023.00001021-8

Partes:

1- **MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL**, por intermédio do **Fundo Especial de Apoio e Desenvolvimento do Ministério Público**, representado por sua Procuradora-Geral Adjunta de Justiça Administrativa, **Nilza Gomes da Silva**;

2- **LLIMA ENGENHARIA COMÉRCIO E SERVIÇOS LTDA**, representada por **Luís Moreira de Lima**.

Procedimento licitatório: Ata de Registro de Preços nº 04/PGJ/2022 - Pregão Eletrônico nº 36/PGJ/2021.

Amparo legal: Lei nº 10.520/2002 e Lei nº 8.666/1993 (e suas alterações).

Objeto: Aquisição de aparelhos de ar condicionado – tipo ‘Split’ (*inverter* e convencional), bombas para remoção de condensado, serviços de instalação e execução de tubulação para atender o Ministério Público do Estado de Mato Grosso do Sul.

Valor contratual total: R\$ 5.651,40 (cinco mil seiscentos e cinquenta e um reais e quarenta centavos), nos termos das Notas de Empenho nº 2023NE000069 e 2023NE000070, datadas de 03.02.2023.

Vigência: 09.02.2023 a 09.02.2024.

Data de assinatura: 9 de fevereiro de 2023.

**EXTRATO DO CONTRATO Nº 026/PGJ/2023**

Processo nº 09.2023.00001020-7

Partes:

1- **MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL**, por intermédio do **Fundo Especial de Apoio e Desenvolvimento do Ministério Público**, representado por sua Procuradora-Geral Adjunta de Justiça Administrativa, **Nilza Gomes da Silva**;

2- **LLIMA ENGENHARIA COMÉRCIO E SERVIÇOS LTDA**, representada por **Luís Moreira de Lima**.

Procedimento licitatório: Ata de Registro de Preços nº 04/PGJ/2022 - Pregão Eletrônico nº 36/PGJ/2021.

Amparo legal: Lei nº 10.520/2002 e Lei nº 8.666/1993 (e suas alterações).

Objeto: Aquisição de aparelhos de ar condicionado – tipo ‘Split’ (*inverter* e convencional), bombas para remoção de condensado, serviços de instalação e execução de tubulação para atender o Ministério Público do Estado de Mato Grosso do Sul.

Valor contratual total: R\$ 8.477,10 (oito mil quatrocentos e setenta e sete reais e dez centavos), nos termos das Notas de Empenho nº 2023NE000081 e 2023NE000082, datadas de 06.02.2023.

Vigência: 09.02.2023 a 09.02.2024.

Data de assinatura: 9 de fevereiro de 2023.

EXTRATO DO CONTRATO Nº 027/PGJ/2023

Processo nº 09.2023.00001018-4

Partes:

1- **MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL**, por intermédio do **Fundo Especial de Apoio e Desenvolvimento do Ministério Público**, representado por sua Procuradora-Geral Adjunta de Justiça Administrativa, **Nilza Gomes da Silva**;

2- **LLIMA ENGENHARIA COMÉRCIO E SERVIÇOS LTDA**, representada por **Luís Moreira de Lima**.

Procedimento licitatório: Ata de Registro de Preços nº 04/PGJ/2022 - Pregão Eletrônico nº 36/PGJ/2021.

Amparo legal: Lei nº 10.520/2002 e Lei nº 8.666/1993 (e suas alterações).

Objeto: Aquisição de aparelhos de ar condicionado – tipo ‘Split’ (*inverter* e convencional), bombas para remoção de condensado, serviços de instalação e execução de tubulação para atender o Ministério Público do Estado de Mato Grosso do Sul.

Valor contratual total: R\$ 10.951,20 (dez mil novecentos e cinquenta e um reais e vinte centavos), nos termos das Notas de Empenho nº 2023NE000083, 2023NE000084 e 2023NE000085, datadas de 06.02.2023.

Vigência: 09.02.2023 a 09.02.2024.

Data de assinatura: 9 de fevereiro de 2023.

EXTRATO DO CONTRATO Nº 028/PGJ/2023

Processo nº 09.2023.00001023-0

Partes:

1- **MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL**, por intermédio do **Fundo Especial de Apoio e Desenvolvimento do Ministério Público**, representado por sua Procuradora-Geral Adjunta de Justiça Administrativa, **Nilza Gomes da Silva**;

2- **LLIMA ENGENHARIA COMÉRCIO E SERVIÇOS LTDA**, representada por **Luís Moreira de Lima**.

Procedimento licitatório: Ata de Registro de Preços nº 04/PGJ/2022 - Pregão Eletrônico nº 36/PGJ/2021.

Amparo legal: Lei nº 10.520/2002 e Lei nº 8.666/1993 (e suas alterações).

Objeto: Aquisição de aparelhos de ar condicionado – tipo ‘Split’ (*inverter* e convencional), bombas para remoção de condensado, serviços de instalação e execução de tubulação para atender o Ministério Público do Estado de Mato Grosso do Sul.

Valor contratual total: R\$ 2.825,70 (dois mil oitocentos e vinte e cinco reais e setenta centavos), nos termos das Notas de Empenho nº 2023NE000089 e 2023NE000090, datadas de 07.02.2023.

Vigência: 09.02.2023 a 09.02.2024.

Data de assinatura: 9 de fevereiro de 2023.

**EXTRATO DO CONTRATO Nº 029/PGJ/2023**

Processo nº 09.2023.00001011-8

Partes:

1- **MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL**, por intermédio do **Fundo Especial de Apoio e Desenvolvimento do Ministério Público**, representado por sua Procuradora-Geral Adjunta de Justiça Administrativa, **Nilza Gomes da Silva**;

2- **LLIMA ENGENHARIA COMÉRCIO E SERVIÇOS LTDA**, representada por **Luís Moreira de Lima**.

Procedimento licitatório: Ata de Registro de Preços nº 04/PGJ/2022 - Pregão Eletrônico nº 36/PGJ/2021.

Amparo legal: Lei nº 10.520/2002 e Lei nº 8.666/1993 (e suas alterações).

Objeto: Aquisição de aparelhos de ar condicionado – tipo ‘Split’ (*inverter* e convencional), bombas para remoção de condensado, serviços de instalação e execução de tubulação para atender o Ministério Público do Estado de Mato Grosso do Sul.

Valor contratual total: R\$ 19.029,50 (dezenove mil vinte e nove reais e cinquenta centavos), nos termos das Notas de Empenho nº 2023NE000078, 2023NE000079 e 2023NE000080, datadas de 06.02.2023.

Vigência: 09.02.2023 a 09.02.2024.

Data de assinatura: 9 de fevereiro de 2023.

EXTRATO DO CONTRATO Nº 030/PGJ/2023

Processo nº 09.2023.00000978-8

Partes:

1- **MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL**, por intermédio do **Fundo Especial de Apoio e Desenvolvimento do Ministério Público**, representado por sua Procuradora-Geral Adjunta de Justiça Administrativa, **Nilza Gomes da Silva**;

2- **LLIMA ENGENHARIA COMÉRCIO E SERVIÇOS LTDA**, representada por **Luís Moreira de Lima**.

Procedimento licitatório: Ata de Registro de Preços nº 04/PGJ/2022 - Pregão Eletrônico nº 36/PGJ/2021.

Amparo legal: Lei nº 10.520/2002 e Lei nº 8.666/1993 (e suas alterações).

Objeto: Aquisição de aparelhos de ar condicionado – tipo ‘Split’ (*inverter* e convencional), bombas para remoção de condensado, serviços de instalação e execução de tubulação para atender o Ministério Público do Estado de Mato Grosso do Sul.

Valor contratual total: R\$ 16.380,00 (dezesseis mil trezentos e oitenta reais), nos termos das Notas de Empenho nº 2023NE000076 e 2023NE000077, datadas de 06.02.2023.

Vigência: 09.02.2023 a 09.02.2024.

Data de assinatura: 9 de fevereiro de 2023.

EXTRATO DA CARTA-CONTRATO Nº 076/PGJ/2023

Processo: 09.2023.00000044-2

Partes:

1- **MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL**, representado por sua Procuradora-Geral Adjunta de Justiça Administrativa, **Nilza Gomes da Silva**;

2- **RODOLFO MEURER**.

Procedimento licitatório: Dispensa.

Amparo legal: Inciso II do artigo 24 da Lei Federal nº 8.666, de 21 de junho de 1993.

Objeto: Prestação de serviço de limpeza de calhas no edifício-sede da Promotoria de Justiça da comarca de Ivinhema/MS.

Valor estimado mensal: R\$ 350,00 (trezentos e cinquenta reais), nos termos da Nota de Empenho nº 2023NE0000319, de 24.01.2023.

Vigência: 03.02.2023 a 31.12.2023.

Data de assinatura: 3 de fevereiro de 2023.

**EDITAIS DAS PROMOTORIAS DE JUSTIÇA****COMARCAS DE ENTRÂNCIA ESPECIAL****TRÊS LAGOAS****EDITAL Nº 09.2023.00001483-6**

A 1ª Promotoria de Justiça da Comarca de Três Lagoas-MS torna pública a instauração do presente Procedimento Administrativo, abaixo especificado, o qual poderá ser integralmente acessado via internet no endereço eletrônico: <http://consultaprocedimento.mpms.mp.br/consulta/saj/processo>, que está à disposição de quem possa interessar na Rua Elvírio Mário Mancini, 860, Centro, em Três Lagoas-MS, Ministério Público Estadual.

Procedimento Administrativo nº 09.2023.00001483-6

Requerente: Ministério Público Estadual

Compromissários: José Carlos Dias, Isabella Cristina Dias e Joelma Cândida Dias.

Assunto: acompanhar o cumprimento integral do termo de ajustamento de conduta - TAC firmado entre este *Parquet* e os senhores José Carlos Dias, Joelma Cândida Dias e Isabella Cristina Dias.

Três Lagoas – MS, 07 de fevereiro de 2023.

ANTONIO CARLOS GARCIA DE OLIVEIRA

Promotor de Justiça

1ª Promotoria de Justiça do Meio Ambiente e Urbanismo da Comarca de Três Lagoas-MS

COMARCAS DE SEGUNDA ENTRÂNCIA**BATAYPORÃ****EDITAL Nº 0009/2023/PJ/BIP**

A Promotoria de Justiça da Infância e Juventude da comarca de Batayporã/MS torna pública a instauração do Procedimento Administrativo n. 09.2023.00001534-6, o qual se encontra a disposição de quem possa interessar no endereço Rua Jair Abranches Mella, nº 1.203, Centro, Batayporã-MS ou pelo endereço eletrônico: <http://consultaprocedimento.mpms.mp.br/consulta/saj/processo>.

Procedimento Administrativo nº 09.2023.00001534-6

Requerente: Ministério Público do Estado de Mato Grosso do Sul

Requerido: Município de Batayporã

Assunto: Acompanhar as estratégias adotadas pela Secretaria Municipal de Educação e Conselho Tutelar de Batayporã/MS, visando prevenir e combater a evasão escolar no município.

Batayporã, 09/02/2023.

MURILO HAMATI GONÇALVES

Promotor de Justiça

**DEODÁPOLIS****EDITAL N° 0012/2023/PJ/DPS.****Procedimento Administrativo de acompanhamento de TAC N° 09.2023.00001586-8.**

O MINISTÉRIO PÚBLICO, por intermédio da Promotoria de Justiça de Deodápolis/MS, torna pública a instauração do(a) Procedimento Administrativo de acompanhamento de TAC n° 09.2023.00001586-8, que se encontra à disposição de quem possa interessar na Rua José Barreto, n° 482, Jardim Santo Antonio, sede da Promotoria de Justiça, em Deodápolis/MS.

Os autos estão registrados no sistema informatizado SAJ/MP e podem ser acessados na íntegra pela *Internet*, através do endereço eletrônico: <http://consultaprocedimento.mpms.mp.br/consulta/saj/processo>

Compromitente: Ministério Público do Estado de Mato Grosso do Sul.

Compromissário: Zenildo Luz Caires.

Objeto: Acompanhar o cumprimento das obrigações estipuladas no Termo de Ajustamento de Conduta n. 0004/2023/PJ/DPS, relativo ao Inquérito Civil n. 06.2019.00001262-6, tendo como compromissário Zenildo Luz Caires..

Deodápolis/MS, 09 de fevereiro de 2023.

ANTHONY ÁLLISON BRANDÃO SANTOS,
Promotor de Justiça.

PROCEDIMENTO ADMINISTRATIVO DE ACOMPANHAMENTO DE TAC N° 09.2023.00001586-8.**EDITAL N° 0013/2023/PJ/DPS.**

COMPROMITENTE: Ministério Público do Estado de Mato Grosso do Sul.

COMPROMISSÁRIO: Zenildo Luz Caires.

O MINISTÉRIO PÚBLICO, por intermédio da Promotoria de Justiça de Deodápolis/MS, torna público o Termo de Ajustamento de Conduta – TAC celebrado com ZENILDO LUZ CAIRES, em 02/02/2023, nos autos do Inquérito Civil n° 06.2019.00001262-6, tendo por objeto: "a correção de irregularidades e danos ambientais, os quais foram identificados no Relatório de Vistoria Técnica n° 015/DAEX/CORTECMA/2021 (fls. 152/176 do IC), no imóvel rural denominado Fazenda Caires III, com área total de 354,84 ha e 11,82 módulos fiscais, o qual é integrado por duas glebas de terras, separadas pela estrada vicinal rural da 12ª Linha, Nascente, de Deodápolis/MS, da seguinte forma: a) a primeira gleba, localizada ao norte da 12ª Linha (denominada parte 1), possui 147,89 ha, e é constituída pelos Lotes 61, 63, 65, 67, 69 e 70 da Quadra 76, com CARMS-5003454-659F2F5FD03B54181A372AD928AFF6A6F e abarcados pelas matrículas do CRI de Deodápolis/MS n° 4.159 (fls. 196/199), n° 4.562 (fls. 204/210), n° 5.181 (fls. 211/213) e n° 4.160 (fls. 200/203); b) a segunda gleba, localizada ao sul da 12ª Linha (denominada Parte 2), possui 206,95 ha, e é constituída pelos Lotes 60, 62, 63, 64, 66, 68 e 70 da Quadra 73, com CARMS-5003454-A9DD46ED638443D3BA026BE860B56352 e matrículas do CRI de Deodápolis/MS n° 2.820 (fls. 186/190) e n° 4.155 (fls. 191/195)", cujo inteiro teor está disponível para consulta no sítio eletrônico <http://consultaprocedimento.mpms.mp.br/consulta/saj/processo>, bem como na Promotoria de Justiça de Deodápolis/MS, localizada na Rua José Barreto, n° 482, Jardim Santo Antonio, em Deodápolis/MS, CEP. 79.790-000, Telefone (67) 3448-1455.

Deodápolis/MS, 09 de fevereiro de 2023.

ANTHONY ÁLLISON BRANDÃO SANTOS,
Promotor de Justiça.



IVINHEMA

INQUÉRITO CIVIL N. 06.2018.00002821-4

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerido: Município de Ivinhema/MS

Assunto: apurar eventual ilegalidade e ato de improbidade administrativa, consistente na contratação de servidores através de processo seletivo simplificado em detrimento da realização de concurso público para provimento de servidores efetivos.

RECOMENDAÇÃO n. 0001/2023/01PJ/IVH

Dispõe sobre exoneração de servidores contratados de forma precária pelo Município e da nomeação, convocação e posse dos candidatos aprovados em concurso público homologado pelo Município de Ivinhema/MS.

O MINISTÉRIO PÚBLICO DE MATO GROSSO DO SUL, representado pela 1ª Promotoria de Justiça de Ivinhema/MS, por meio de seu Promotor de Justiça infra-assinado, no uso de suas atribuições legais, com fulcro no artigo 127 da Constituição Federal; artigo 27, parágrafo único, IV, da Lei Orgânica Nacional do Ministério Público (Lei nº 8.625/1993); artigo 29, IV, da Lei Orgânica Estadual do Ministério Público Estadual (Lei Complementar nº 72/1994) e artigo 44 da Resolução PGJ nº 15/2007 e;

CONSIDERANDO que o Ministério Público é instituição essencial à função jurisdicional do Estado, cabendo-lhe a defesa do patrimônio público e social, da moralidade e da legalidade administrativa, além dos demais interesses difusos da sociedade, nos termos dos arts. 127, *caput*, e 129, III, da Constituição Federal;

CONSIDERANDO que ficou constatado nos autos de Inquérito Civil n. 06.2018.00002821-4, instaurado em 25 de setembro de 2018, que, parcela significativa dos servidores públicos municipais, notadamente os agentes da saúde (médicos, enfermeiros, técnicos de enfermagem, dentre outros) têm sido contratados sem concurso público, em afronta ao art. 37, II¹, da Constituição Federal;

CONSIDERANDO que a contratação temporária pelo ente público, é autorizada nas hipóteses descritas em Lei, mas, que referido instituto não pode servir de subterfúgio ao descumprimento da Constituição Federal;

CONSIDERANDO que o Município de Ivinhema vem se utilizando de contratações temporárias, mediante simples processo seletivo ou até mesmo contratação direta há anos, em especial na área da saúde, e, que tais contratações não podem mais ser caracterizadas como hipóteses emergenciais;

CONSIDERANDO que após diversas reuniões e tratativas no âmbito do presente procedimento, algumas realizadas com o antigo gestor, Sr. Eder Uilson França de Lima, e, outras com o atual gestor, Sr. Juliano Barros Donato, chegou-se à conclusão da necessidade da realização de concurso público para provimento das vagas existentes nos quadros do Município de Ivinhema/MS;

CONSIDERANDO que o certame foi regularmente deflagrado e o resultado final homologado e tornado público no dia 13 de janeiro de 2023, consoante se infere dos documentos que instruem o presente procedimento, em especial do Diário Oficial do Município n. 3170;

CONSIDERANDO que até a presente data, apenas algumas convocações foram realizadas pela Administração Pública, sendo que o Ministério Público tem recebido diversas denúncias apócrifas² que as contratações precárias continuam em detrimento da existência do concurso público e de aprovados aguardando convocação e nomeação;

CONSIDERANDO que de fato, temos evidenciado que a Administração Pública continua valendo-se de nomeações precárias de servidores (processos seletivos/nomeações diretas/contratações de prestadores de serviço) para

¹ Art. 37 – (...)

II – a investidura em cargo ou emprego público depende de aprovação prévia em concurso público de provas e títulos, de acordo com a natureza e a complexidade do cargo ou emprego, na forma prevista em lei, RESSALVADAS AS NOMEAÇÕES PARA CARGO EM COMISSÃO DECLARADO EM LEI DE LIVRE NOMEAÇÃO E EXONERAÇÃO;

² Vide procedimento fls. 1105-1114 e 1147-1149;



ocuparem cargos de provimento efetivo, em detrimento da existência de candidatos aprovados dentro do número de vagas previstos nos editais dos concursos;

CONSIDERANDO que de acordo com o Supremo Tribunal Federal, em tese definida no RE 589.099, de relatoria do Ministro Gilmar Mendes, ficou decidido que “*o candidato aprovado em concurso público dentro do número de vagas previsto no edital possui direito subjetivo à nomeação*”³;

CONSIDERANDO que o entendimento sedimentado no Supremo Tribunal Federal é no sentido de que “*(...) Uma vez publicado o edital do concurso com número específico de vagas, o ato da Administração que declara os candidatos aprovados no certame cria um dever de nomeação para a própria Administração e, portanto, um direito à nomeação titularizado pelo candidato aprovado dentro desse número de vagas.*”

CONSIDERANDO que a orientação jurisprudencial do Supremo Tribunal Federal, também é observada no âmbito do Superior Tribunal de Justiça, consoante se infere:

RECURSO ORDINÁRIO EM MANDADO DE SEGURANÇA. CONCURSO PÚBLICO. APROVAÇÃO DENTRO DO NÚMERO DE VAGAS. DIREITO LÍQUIDO E CERTO. RECURSO PROVIDO. 1. O princípio da moralidade impõe obediência às regras insculpidas no instrumento convocatório pelo Poder Público, de sorte que a oferta de vagas vincula a Administração pela expectativa surgida entre os candidatos. 2. A partir da veiculação expressa da necessidade de prover determinado número de cargos, através da publicação de edital de concurso, a nomeação e posse de candidato aprovado dentro das vagas ofertadas, transmuda-se de mera expectativa à direito subjetivo. 3. Tem-se por ilegal o ato omissivo da Administração que não assegura a nomeação de candidato aprovado e classificado até o limite de vagas previstas no edital, por se tratar de ato vinculado. 4. Recurso provido para determinar a investidura da recorrente no cargo de Médico Generalista para o qual foi devidamente aprovada (STJ, RMS 26507, 2008/0052991-1, Quinta Turma, Rel. Min. Napoleão Nunes Maia Filho, J. 18.09.08, DJe 20.10.08).

CONSIDERANDO que a Administração Pública, há tempos, vem se valendo de contratações precárias, desvirtuando a regra do concurso público e, conseqüentemente, afastando o interesse público excepcional que justificaria a transitoriedade da medida;

CONSIDERANDO que, no âmbito da Administração Pública Municipal as contratações por meio de *processos seletivos e contratação direta, além do subterfúgio de contratações de prestadores de serviços*, para ocuparem cargos de provimento efetivo vem sendo utilizados de maneira ilegal, em flagrante burla ao imperativo do concurso público já deflagrado e homologado;

CONSIDERANDO que a “necessidade temporária de excepcional interesse público” não pode ser escudo a justificar contratações ampla e irrestrita de servidores, a pretexto da permissão prevista no inciso IX, do artigo 37, da Carta de 1988, em evidente usurpação de cargos específicos e típicos de carreira;

CONSIDERANDO que os servidores concursados preferem aos temporários, para resguardo dos princípios que regem a administração pública, legalidade, publicidade, impessoalidade, eficiência, moralidade, dentre outros, conforme previsto no art. 37 da CF/88, independente do fim ou não da vigência dos contratos precários;

CONSIDERANDO ainda, que o gestor que não observar as regras constitucionais e legais, comete ato de improbidade administrativa, nos exatos termos do novel artigo 11, inciso V, da Lei n. 8.429/92 que dispõe:

Art. 11. Constitui ato de improbidade administrativa que atenta contra os princípios da administração pública a ação ou omissão dolosa que viole os deveres de honestidade, de imparcialidade e de legalidade, caracterizada por uma das seguintes condutas:

(...)

V - frustrar, em ofensa à imparcialidade, o caráter concorrencial de concurso público, de chamamento ou de procedimento licitatório, com vistas à obtenção de benefício próprio, direto ou indireto, ou de terceiros; (GN)

³ DATA DE PUBLICAÇÃO DJE 18/12/2012 - ATA Nº 196/2012. DJE nº 247, divulgado em 17/12/2012.



CONSIDERANDO que a presente Recomendação também tem caráter informativo, na medida em que científica o destinatário sobre as ilegalidades identificadas e que sua não observância pode ensejar responsabilização por improbidade administrativa, na medida em que o dolo exigido pela Lei se caracteriza;

CONSIDERANDO, finalmente, a necessidade de colocar fim as irregularidades existentes no Município de Ivinhema/MS, adequando a conduta da Administração Pública aos ditames constitucionais e legais, RESOLVE, em defesa do patrimônio público e social e, em observância aos princípios da legalidade, moralidade, impessoalidade, notadamente ao cumprimento do §1º, artigo 37, da Constituição Federal: RECOMENDAR ao MUNICÍPIO DE IVINHEMA/MS, na pessoa do Prefeito Municipal, Senhor *JULIANO BARROS DONATO*, que:

1 – Promova, no prazo de 48 (quarenta e oito) horas, a exoneração imediata dos servidores que estão ocupando precariamente cargos públicos (seja por contratação via processo seletivo, contratação direta ou prestação de serviço) em detrimento daqueles que foram aprovados dentro do número de vagas previstas nos editais e aguardam nomeação, consoante decidido pelo Supremo Tribunal Federal, em tese definida no RE 589.099, de relatoria do Ministro Gilmar Mendes;

2 – Promova no mesmo prazo, a imediata nomeação, convocação e posse de todos os candidatos aprovados dentro do número de vagas previstos nos editais, conforme relação que segue abaixo:

Atendente de serviços diversos IV – auxiliar de cozinha (saúde)	3 vagas
Atendente de serviços diversos IV – vigia	3 vagas
Artífice de Serviços especializados II - Pintor	1 vaga
Assistente de administração I – Técnico de orçamento	1 vaga
Profissional de nível superior II – Engenheiro Ambiental	1 vaga
Profissional de nível superior II – Assessor jurídico	4 vagas
Auxiliar de pavimentação e conservação	1 vaga
Auxiliar de serviços gerais	2 vagas
Borracheiro	1 vaga
Coveiro	2 vagas
Eletricista	1 vaga
Gari	1 vaga
Lavadeira	1 vaga
Mecânico	1 vaga
Merendeira	2 vagas
Motorista D e E	4 vagas
Operador de máquinas leves	1 vaga
Operador de máquinas pesadas	2 vagas
Servente de limpeza	2 vagas
Trabalhador braçal	9 vagas
Inspetor de alunos	3 vagas
Agente comunitário de saúde – bairro Triguena	1 vaga
Auxiliar de enfermagem	3 vagas
Agente de combate às endemias	2 vagas
Agente de vigilância sanitária e saneamento	1 vaga
Almoxarife	1 vaga
Assistente de Administração	1 vaga
Atendente de farmácia	2 vagas
Fiscal de tributos	1 vaga
Fiscal de obras e posturas	1 vaga
Monitor de educação infantil	16 vagas
Técnico de contabilidade	1 vaga



Técnico de enfermagem	5 vagas
Técnico de segurança do trabalho	1 vaga
Técnico de informática	1 vaga
Assistente social (saúde)	1 vaga
Assistente social	2 vagas
Biólogo	1 vaga
Contador	1 vaga
Controlador municipal	1 vaga
Enfermeiro auditor	1 vaga
Enfermeiro	1 vaga
Engenheiro civil	1 vaga
Farmacêutico 20h	1 vaga
Farmacêutico 40h	1 vaga
Fisioterapeuta	1 vaga
Médico anestesista	1 vaga
Médico clínico geral	4 vagas
Médico oftalmologista	1 vaga
Médico ortopedista	1 vaga
Médico veterinário	1 vaga
Procurador jurídico	1 vaga
Professor de artes	1 vaga
Professor de educação básica (infantil e fundamental)	5 vagas
Profissional de saúde pública I (educador físico)	1 vaga
Professor de educação física	4 vagas
Psicólogo (assistência social)	2 vagas
Psicólogo (saúde)	4 vagas
Psicólogo (educação)	2 vagas
Psicopedagogia educacional	1 vaga

3 - Promova, no prazo de 10 (dez) dias, a exoneração de eventuais servidores contratados que estão ocupando precariamente vagas puras em cargos públicos (seja por contratação via processo seletivo, contratação direta ou prestação de serviço), desde que verificada a existência de concursado aprovado e aguardando nomeação, em observância a súmula 15⁴ do Supremo Tribunal Federal, bem como a tese de repercussão geral definida no RE 837.311⁵, relatoria do Ministro Luiz Fux (DJE 72 de 18-4-2016), NOTADAMENTE, nos serviços afetos a área de saúde já que a maioria das denúncias recebidas neste órgão dizem respeito a contratações precárias de enfermeiros e técnicos de enfermagem;

4 - A partir do recebimento desta recomendação se abstenha de promover novas contratações temporárias (seja por contratação via processo seletivo, contratação direta ou prestação de serviço), exceto nas hipóteses admitidas por Lei, ou seja, eventuais afastamentos de servidores públicos efetivos ou, há hipótese de ausência de candidatos aprovados no concurso público vigente;

5 - Apresente resposta por escrito à presente Recomendação, no prazo de 10 (dez) dias, sobre o posicionamento a ser adotado frente ao seu conteúdo;

6 - Promova a divulgação adequada e imediata da presente recomendação, nos termos do Parágrafo Único do artigo 45 da Resolução n. 015/2007-PGJ, de 27 de novembro de 2007;

⁴ Dentro do prazo de validade do concurso, o candidato aprovado tem direito à nomeação, quando o cargo for preenchido sem observância da classificação.

⁵ O surgimento de novas vagas ou a abertura de novo concurso para o mesmo cargo, durante o prazo de validade do certame anterior, não gera automaticamente o direito à nomeação dos candidatos aprovados fora das vagas previstas no edital, ressalvadas as hipóteses de preterição arbitrária e imotivada por parte da administração, caracterizada por comportamento tácito ou expresso do Poder Público capaz de revelar a inequívoca necessidade de nomeação do aprovado durante o período de validade do certame, a ser demonstrada de forma cabal pelo candidato. Assim, o direito subjetivo à nomeação do candidato aprovado em concurso público exsurge nas seguintes hipóteses:

I – Quando a aprovação ocorrer dentro do número de vagas dentro do edital;
 II – Quando houver preterição na nomeação por não observância da ordem de classificação;
 III – Quando surgirem novas vagas, ou for aberto novo concurso durante a validade do certame anterior, e ocorrer a preterição de candidatos de forma arbitrária e imotivada por parte da administração nos termos acima.



7 - Caso acate esta recomendação, encaminhe documentação comprovando as exonerações dos servidores precariamente contratados, bem como a nomeação dos aprovados;

Para melhor conhecimento e divulgação, determino a publicação de seu inteiro teor no Diário Oficial do Ministério Público.

Sem prejuízo, encaminhe cópia desta Recomendação a todos os secretários(as) do Município de Ivinhema, bem como ao Presidente da Câmara Municipal e ao Núcleo do Patrimônio Público, para conhecimento.

A presente recomendação dá ciência e constitui em mora o destinatário quanto às providências indicadas, ensejando a omissão quanto à adoção das medidas recomendadas no manejo de medidas administrativas e ações judiciais cabíveis contra o inerte, inclusive improbidade administrativa.

Ivinhema/MS, 09 de fevereiro de 2023

DANIEL DO NASCIMENTO BRITTO
Promotor de Justiça

MIRANDA

EDITAL Nº 005/2023

A 2ª Promotoria de Justiça da Comarca de Miranda/MS torna pública a instauração do Inquérito Civil nº 06.2023.00000108-5 abaixo especificado. O referido procedimento é digital e pode ser integralmente acessado via internet, no seguinte endereço: <http://consultaprocedimento.mpms.mp.br/consulta/saj/processo>.

Inquérito Civil nº 06.2023.00000108-5

Representante: Polícia Militar Ambiental

Investigado: Jorge da Silva Lima (Chácara Pé de Cedro)

Assunto: Apurar a ocorrência de irregularidade ambiental na Chácara Pé de Cedro, situada no município de Bodoquena, consistente na extração de 01 (uma) árvore em área de preservação permanente, utilizando de motosserra, sem autorização do órgão ambiental competente.

Miranda/MS, 08 de fevereiro de 2023.

CÍNTIA GISELLE GONÇALVES LATORRACA
Promotora de Justiça

NAVIRAÍ

EDITAL Nº0002/2023/01PJ/NVR

A 1ª Promotoria de Justiça do Meio Ambiente da Comarca de Naviraí/MS torna pública a instauração do Inquérito Civil que está à disposição de quem possa interessar na Rua dos Pioneiros, nº 50, Centro. Os autos do referido procedimento podem ser integralmente acessados via internet, no seguinte endereço: <http://consultaprocedimento.mpms.mp.br/consulta/saj/processo>.

Inquérito Civil nº 06.2023.00000060-9/1ª PJ do Meio Ambiente

Requerente: Ministério Público do Estado de Mato Grosso do Sul

Requerido: Shirley Martins Cres

Assunto: apurar a regularidade jurídico-ambiental da propriedade Rural denominada Fazenda Santa Olga, em razão da ocorrência de exploração irregular de vegetação pertencente à Área de Reserva Legal, conforme descrito no Auto de Infração IMASUL n. AI011746/2022

Naviraí, 08 de fevereiro de 2023.

KARINA RIBEIRO DOS SANTOS VEDOATTO
Promotora de Justiça



PARANAÍBA

EDITAL N° 0003/2023/01PJ/PBA

A 1ª Promotoria de Justiça da Comarca de Paranaíba/MS, torna pública a instauração de IC - Inquérito Civil que está à disposição de quem possa interessar na Rua José Robalinho da Silva, 215 – Jardim Santa Mônica, Paranaíba-MS.

IC - Inquérito Civil nº 06.2022.00000822-0

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerido: Município de Paranaíba

Assunto: Apurar eventual situação de irregularidade ambiental na área vereda, localizada na Avenida Quedu Leal, próximo ao Estabelecimento Penal de Paranaíba.

Paranaíba - MS, 08 de fevereiro de 2023.

JULIANA NONATO

Promotora de Justiça

RIO VERDE DE MATO GROSSO

EDITAL N° 0001/2023/PJ/RVG

A Promotoria de Justiça da Comarca de Rio Verde de Mato Grosso – MS torna pública a instauração do Inquérito Civil que está à disposição de quem possa interessar na Rua Marechal Mascarenhas de Moraes, nº 180, Bairro Nhecolândia, nesta Comarca de Rio Verde de Mato Grosso-MS.

Inquérito Civil nº 06.2023.00000088-6

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerido: Município de Rio Verde de Mato Grosso/MS e Gabriela Peckelhoff de Oliveira

Assunto: Apurar suposta nomeação ilícita da servidora Gabriela Peckelhoff de Oliveira para o cargo de Diretora da Secretaria de Assistência Social pelo Município de Rio Verde de Mato Grosso/MS, a qual não possuía ensino superior e notória experiência na área de ciências sociais, o que é exigido para o referido cargo.

Rio Verde de Mato Grosso – MS, 2 de fevereiro de 2023.

MATHEUS CARIM BUCKER

Promotor de Justiça